

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

CHRISTIANE SILVEIRA KAMMSETZER

**TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO:
NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE VIVER, HABITAR, RESISTIR**

Porto Alegre

2014

CHRISTIANE SILVEIRA KAMMSETZER

**TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO:
NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE VIVER, HABITAR, RESISTIR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof. Dr. Analice de Lima Palombini

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO:
NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE VIVER, HABITAR, RESISTIR**

BANCA EXAMINADORA

PROF. DRA. BETINA HILLESHEIM
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

PROF. DR. ALVARO LUIZ HEIDRICH
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROF. DRA. CARMEM ZELI DE VARGAS GIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROF. DRA. NAIR IRACEMA DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Para Abner, Thais, Giovani, Igor,
Juliana, Andrielle e Helena.

Agradecimentos

-a meus pais e avós, que mesmo com costumes e sotaques diferentes, construíram pontes de afeto e cuidado que me fazem me sentir em casa, onde quer que a casa esteja.

-à professora Analice Palombini, pela abertura, escuta e presença neste percurso.

-a Carmem Zeli de Vargas Gil e Maria Amélia Mano, pelo entusiasmo que me contagia e por sempre acreditarem nas muitas possibilidades do que ainda está por vir.

- ao grupo de pesquisa Travessias –Cláudia Muller, Livia Zanchet, Marília Silveira, Rafael Gil, Marciana Zambillo, Lorena Pinheiro, Alexandra Ximendes, pela acolhida, suporte e aprendizagens que fizemos juntos.

-aos amigos do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique – Almerinda Gambin, Débora Wobeto, Renata Costa, Naiara Assunção, Lourenço Teixeira, Juliana Bittencourt, Fernanda Almeida, Lúcia Grassi –pelas histórias compartilhadas e pela enorme parceria.

-aos moradores da Vila Dique, por suas histórias cheias de emoção e vida que muito me inspiram.

-aos amigos que constroem cotidianamente a política de saúde no Brasil, com criatividade e vontade, e que me fazem reafirmar a aposta no Sistema Único de Saúde.

-ao Grupo Hospitalar Conceição, por ter apoiado a realização desta pós-graduação.

-aos professores Nair Iracema dos Santos, Alvaro Luiz Heidrich, Betina Hillesheim, Gislei Domingas Lazarotto, Luis Antônio Baptista, Lilian Cruz e Estela Scheinvar, por sua leitura generosa em diferentes momentos do percurso desta pesquisa.

“A preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro.”

Jeanne Marie Gagnebin

RESUMO

Esta pesquisa teve como ponto de partida inquietações suscitadas no trabalho como psicóloga em um serviço de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde, quanto ao lugar deste profissional na atenção a moradores de uma comunidade em processo de reassentamento urbano. A remoção dos habitantes do território Vila Dique e seu reassentamento no conjunto habitacional Porto Novo, em região fronteiriça da cidade, é concomitante às reformas urbanas para receber a Copa do Mundo Fifa 2014 em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A pesquisa buscou visibilizar os modos de vida e experiências urbanas de jovens deste território, problematizando como essas experiências produzem seus territórios existenciais (subjativação). Os principais orientadores metodológicos são as contribuições de Walter Benjamin, em especial no que concerne ao *Método da Montagem, Narração, Flânerie*. A pesquisa constituiu-se em um caleidoscópio de memórias, em que a escuta das narrativas dos jovens sobre suas experiências nos lugares de moradia somou-se às lembranças da pesquisadora no encontro com outros jovens em seu contexto de trabalho. Os participantes foram jovens entre 12 e 29 anos vinculados ao Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, parceria entre Faculdade de Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Unidade de Saúde Santíssima Trindade/ Grupo Hospitalar Conceição. A pesquisadora acompanhou as ações do Projeto em 2013: rodas de conversa e vídeo realizado com os jovens sobre suas redes de sociabilidade, práticas culturais e a experiência de reassentamento. O registro foi feito em diários e também foram utilizadas transcrições de materiais colhidos no âmbito do Projeto. As narrativas que aqui apresentamos traduzem a multiplicidade de experiências dos jovens com seus territórios de moradia. A heterogeneidade da vida na Vila Dique/Porto Novo se expressa nos diferentes pontos de vista sobre espaços e situações que poderiam parecer ter sido vividas de modo semelhantes. Mesmo com a pluralidade de experiências descritas, todos os jovens conferem importância ao senso de coletividade, às ações dos moradores pró-comunidade, denotando sensação de pertencimento e identificação com a “causa” do grupo. As histórias compartilhadas, as memórias dos moradores mais antigos, que vão passando de geração em geração através da oralidade – e hoje ganham materialidade através do Projeto Memórias– são vetores que legitimam estes sentimentos, contribuindo para reforçar esta (ilusão de) identidade coletiva. Um efeito disso é a sensação de continuidade entre a Vila Dique e o Porto Novo que aparece nas falas dos jovens, em que a Dique ainda é referência (tanto positiva como negativa). Também foi possível verificar, nesse percurso de pesquisa, que para os jovens o território está intrinsecamente relacionado ao entorno e à cidade. As narrativas que aqui traçamos dizem, ainda, de um desejo de cidadania. Com as questões levantadas na pesquisa, buscamos trazer olhares sobre os jovens moradores de regiões de ocupação que não passem necessariamente pela precariedade e fragilidade decorrente da condição social (discurso corrente acerca dessa população). Interessa-nos contribuir com os estudos sobre juventude e práticas voltadas para esse público nos campos da Psicologia Social e Saúde Coletiva.

Palavras-chave: juventude, território, remoções urbanas, memória.

ABSTRACT

The starting point of this research are the concerns raised during my practice as a psychologist in a primary care service of the Public Health System, with people who live in a community in the urban resettlement process. The removal of the inhabitants of the territory Vila Dique and their resettlement in Porto Novo, located on the city's border region is concomitant with urban reforms to host FIFA World Cup 2014 in Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul. The research presents the urban lifestyles and experiences of young people from this territory, questioning how these experiences produce their existential territories (subjectivity) . The main methodological guides used are the contributions of Walter Benjamin, in particular the Literary Montage method, Narration, Flânerie . The research was made up of a kaleidoscope of memories, in which listening to the youngsters' narratives about their experiences in living places was added to the researcher's memories while meeting other young people. The participants were young people between 12 and 29 linked to the Project "Memórias da Vila Dique" , a partnership between Faculdade de Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul and Unidade de Saúde Santíssima Trindade/ Grupo Hospitalar Conceição. The researcher followed the Project's actions in 2013 : Groups and video performed with the youngsters about their social networks , cultural practices and resettlement experience. The recording was made in a journal and transcriptions of materials collected during the project were also used. The narratives presented here reflect the multiplicity of experiences of young people with their territory of residence. The heterogeneity of life in Vila Dique / Porto Novo is shown in different points of view about spaces and situations that could seem to be experienced in a similar way. Even with the plurality of experiences described, all participants give importance to the sense of community and the pro-community actions by residents, denoting sense of belonging and identification with the group's "cause ". Shared stories and memories of older residents, ranging from generation to generation through oral tradition - and now through Project "Memórias" are vectors that legitimize these feelings , helping to reinforce the (illusion of) collective identity. One effect of this is the sense of continuity between Vila Dique and Porto Novo that can be noticed in the youngsters' speech, in which Dique is still the reference (both positive and negative). It was also observed that for the youngsters, territory is intrinsically related to the neighborhood and the city. The narratives we bring here also express a wish of citizenship. The issues raised in the research seek to bring perspectives on youth living in areas of occupation that do not necessarily go through the precariousness and fragility due to their social status (current discourse among this population). This research intends to contribute to studies on youth and social practices in the fields of Social Psychology and Public Health.

Keywords: youth, territory, urban resettlement, memory.

SUMÁRIO

1	ENCONTROS.....	11
2	LUGARES.....	16
3	NO TERRITÓRIO DIQUE: IMPLICAÇÕES DE UMA TRABALHADORA DE SAÚDE.....	21
4	DO PERCURSO DE PESQUISA.....	25
4.1	UMA NOVA SENSIBILIDADE A PARTIR DO ENCONTRO COM O PROJETO DE EXTENSÃO MEMÓRIAS DA VILA DIQUE.....	25
4.2	SINGULAR, PLURAL: CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA.....	31
5	JUVENTUDE E CIDADE: PASSAGENS.....	36
5.1	A CIDADE EM MOVIMENTO.....	36
5.2	DISCURSOS SOBRE JUVENTUDE (S).....	44
6	NARRATIVAS DE JOVENS.....	51
6.1	OFICINAS DE CINEMA: UM JEITO DE (SE) CONTAR.....	51
6.2	VIVER, HABITAR, RESISTIR.....	55
6.2.1	NA VILA DIQUE.....	57
6.2.1.1	VIVER.....	57
6.2.1.2	HABITAR.....	60
6.2.1.3	RESISTIR.....	63

	10
6.2.2 DE UM LUGAR A OUTRO: A REMOÇÃO.....	68
6.2.3 NO PORTO NOVO.....	69
6.2.3.1 VIVER.....	69
6.2.3.2 HABITAR.....	71
6.2.3.3 RESISTIR.....	73
7 MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NARRATIVAS.....	75
8 PARA FINALIZAR, AINDA QUE O PROCESSO NÃO ESTEJA FINALIZADO.....	81
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO A.....	92
ANEXO B.....	94
ANEXO C.....	96
ANEXO D.....	98

1 ENCONTROS

“Cada lugar é, à sua maneira, o mundo”.

Milton Santos

Contarei uma história, do que vi, ouvi e sonhei. Escrevo desde uma perspectiva: a da trabalhadora de saúde, psicóloga da Unidade de Saúde Santíssima Trindade, serviço de atenção primária do Grupo Hospitalar Conceição, que tem como área de abrangência Vila¹ Dique/Porto Novo. História que começou em 2003, quando tive o primeiro encontro com os jovens moradores da Vila Dique através do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano, no âmbito da política de assistência social. Durante aquele ano, fui técnica do Projeto, tendo sido esta minha primeira experiência de trabalho, antes de me aproximar da área da saúde coletiva através da residência multiprofissional em Saúde Coletiva - ênfase Atenção Básica, que fiz na Escola de Saúde Pública em 2004 e 2005.

A história que contarei se fez nos encontros com a vida que acontecia na Vila Dique e as mudanças decorrentes da remoção dos moradores para outra região da cidade. As mudanças não se restringem à moradia, mas têm impacto nos modos de ser comunidade², de se relacionar com a cidade, com o trabalho, nos estereótipos associados ao imaginário que se produz sobre vilas e bairros populares e que distanciam os diferentes atores que compõem o espaço urbano. Movimentam-se os territórios existenciais, à medida que se deixa um lugar ocupado e construído a partir de lutas por condições básicas de moradia e cidadania e que, por não ser totalmente

¹ A denominação *vila* ou *vila popular* é usual no estado do Rio Grande do Sul e se refere a regiões ocupadas irregularmente ou com população vulnerável em termos socioeconômicos (condições de moradia, trabalho/renda).

² O termo *comunidade* será utilizado aqui quando nos referirmos ao conjunto de pessoas que residem na Vila Dique ou Porto Novo. A escolha se deu somente pela facilidade de seu uso. De fato, este termo não expressa a heterogeneidade dos modos de viver e relacionar-se nos territórios desta pesquisa; ao contrário, tende a uma ideia de homogeneidade do grupo social, ideia da qual não compartilhamos.

regulado pelo Estado, já que ocupado sem que se considerasse possível para a vida (por ser construído em cima de um dique), tinha certa liberdade de preservar aspectos de sua origem rural e costumes. Passa-se a habitar um espaço padronizado, predominantemente urbano, protótipo da metrópole.

Destes encontros, colhi narrativas, sensações, pensamentos, reflexões, que compõem um caleidoscópio tecido escutando outras histórias no encontro com os moradores destas comunidades – em especial, os jovens – e também no encontro com o *Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique*. Caleidoscópio de memórias, em que as do presente evocam as do passado. Em suma, uma versão da história – são muitas as versões, desde o laço singular que cada pessoa ou grupo teceu com as pessoas e o lugar.

A Vila Dique tem sido reassentada para o conjunto habitacional Porto Novo, localizado na região norte da cidade de Porto Alegre, desde 2009, quando tiveram início as reformas urbanas da cidade para receber a Copa do Mundo FIFA 2014. Cerca de 80% da população (que é composta por quatro mil moradores em média) já foi reassentada, restando ainda famílias na comunidade de origem. Segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL/IBGE, 2010), realizado em 2010, cerca de 64% da população é composta por crianças e jovens (de um total de 2898 habitantes, 1866 pessoas tem entre 0 e 29 anos). Desde 2010 tem-se desenvolvido junto aos moradores o *Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique*, parceria entre professora e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e trabalhadores da Unidade de Saúde Santíssima Trindade, do Grupo Hospitalar Conceição (USST/GHC), em que trabalho desde 2006.

Esta narrativa busca trazer outros olhares aos estudos sobre a juventude no âmbito da Psicologia Social e Saúde Coletiva, olhares que considerem as experiências dos jovens com os lugares em que vivem e os efeitos destas experiências em suas vidas e modos de ser. Para isso, tomaremos as experiências urbanas de jovens que residiram em área ocupada e que passaram por processo de reassentamento, problematizando como essas experiências – especialmente as que se dão nos locais de moradia e entorno – contribuem na construção de seus territórios existenciais (subjetivação), em que o lugar onde o jovem vive pode ser uma “referência espacial e afetiva” na produção de suas vidas (CORDEIRO, 2009, p. 215). Consideramos este um tema bastante atual por vivenciarmos um momento histórico em que os megaeventos internacionais têm como efeito

a modificação dos espaços urbanos, impactando a vida de muitos jovens cuja moradia se localiza em áreas de ocupação. Que modos de subjetivação são enfraquecidos, quais são reforçados, que outros são inventados no encontro entre o local e o global, entre a cidade que se constroi na ocupação e aquele ideal de cidade-metrópole que se almeja nos megaeventos? O que as experiências desses jovens podem nos dar a ver sobre a(s) juventude(s) que se faz(em) nas cidades? Poderiam nos ajudar a enxergar as potencialidades e inventividades das experiências juvenis, contribuindo para colocar em análise as políticas e práticas voltadas para os jovens de classes populares que, no mais das vezes, têm como foco sexualidade-drogas- projetos de vida individuais?

As experiências urbanas dos jovens no tempo presente, em especial as que se dão nos territórios em que vivem e onde constituem laços de sociabilidade e pertencimento, constituem vetores de existencialização importantes em seus processos de subjetivação. Esperamos que a presente pesquisa produza contrapontos e problematize enunciados e concepções correntes sobre a juventude que a definem como um tempo de “vir a ser”, afirmando a importância das experiências urbanas dos jovens no tempo presente. Assim, buscamos contribuir para as políticas e práticas com jovens, especialmente de classes populares, desde um viés que considere a processualidade e as potencialidades envolvidas em suas experiências na cidade, em especial em seus locais de moradia.

Partimos da compreensão de que subjetividade é processo e que sujeito não é sinônimo de indivíduo, e sim, efeito de modos de subjetivação em jogo, formas constituídas através de práticas de si, esquemas encontrados, propostos (ou impostos) pela cultura, sociedade e grupo social (Foucault, 2004). Diante da heterogeneidade de elementos presentes no contexto social, a apreensão que o homem pode fazer é sempre parcial, ainda que constante (Mansano, 2009). Tais elementos podem se tornar vetores de existencialização à medida que são apropriados como formas de se apresentar no mundo, de criar sentidos, como táticas, já que experiências constroem modos de andar na vida (Foucault, 2004), configuram territórios existenciais. Deleuze e Guattari (1997), em *Mil Platôs*, pontuam que o território existencial é expressivo, comporta uma marca, assinatura, e também uma zona interior de domicílio ou abrigo. Ao falarmos de território existencial, estaremos falando da produção de subjetividade que se dá no encontro com lugares, pessoas, histórias, memórias, em suma, nas experiências de vida dos jovens.

Por se delinear nos encontros com o Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, trata-se de uma experiência de pesquisar que não estava desenhada a priori, que se construiu nos encontros, plenos de afetos e de trocas de experiências. A metodologia foi bússola, foi se orientando a partir dos encontros e agenciamentos que se deram ao percorrermos as paisagens psicossociais, subjetivas. *Método da Montagem, Narração, Flânerie* foram inspirações na busca de uma metodologia-bússola. As narrativas de jovens (participantes do Projeto Memórias) sobre suas experiências de viver e habitar na Vila Dique e no Porto Novo, bem como as memórias da pesquisadora são material deste estudo.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: O presente capítulo consiste em uma breve apresentação e introdução. No capítulo 2 faremos uma descrição dos territórios Vila Dique e Porto Novo, a partir de memórias da pesquisadora baseados em relatos escutados em distintos momentos e de atores diversos. O capítulo 3 contextualiza o interesse pela temática pesquisada e problematiza o lugar do psicólogo na formulação de conceitos e na realização de práticas junto a populações consideradas em situação de vulnerabilidade social, em especial na saúde pública. No capítulo 4 será descrito o percurso de pesquisa: apresentaremos o Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique – principal plano³ a partir do qual se deu a problematização da temática pesquisada – e também os orientadores metodológicos e procedimentos da pesquisa. A primeira parte do capítulo 5 propõe uma discussão sobre a cidade, as migrações – em especial no que toca às populações que a buscam visando uma melhoria nas condições de vida – e o impacto dos megaeventos nas metrópoles, a partir da realidade local estudada. A segunda parte deste capítulo se debruça sobre os discursos sobre a juventude no Brasil e políticas públicas voltadas para esse público, considerando o discurso como “o que traduz as lutas e sistemas de dominação” (Foucault, 2012, p. 10), aportando os sentidos reconhecidos, legitimados, O capítulo 6 terá como eixo as narrativas dos jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo. Entendemos a narrativa como um modo de transmissão de experiências, pela via da oralidade, em que as situações vividas que aportam saberes são contadas para outras pessoas. Dizem do encontro entre as experiência e os discursos, o que resulta em aberturas para novos sentidos ou, ao contrário, legitimação do senso

³ Segundo Passos & Benevides (apud Passos & Benevides de Barros, 2010), o método cartográfico utiliza o termo “plano”, ao invés de “campo” de pesquisa para destacar que a direção do método é acompanhar os *processos* entre formas instituídas e não as formas propriamente ditas. Trata-se de um rigor em relação aos conceitos de “plano”, “plano de imanência”, trabalhados pela Análise Institucional e Filosofia da Diferença.

comum (construído, predominantemente, a partir dos saberes hegemônicos). Voltaremos a este tema no capítulo sobre metodologia. Na primeira parte apresentaremos a atividade realizada pelo Projeto Memórias, “Oficina de cinema” e uma breve discussão sobre ser jovem desde a perspectiva dos participantes do Projeto. Na segunda parte traremos as narrativas sobre viver, habitar e resistir nos territórios Dique e Porto Novo e alguns apontamentos sobre a remoção. O capítulo 7 trará considerações gerais sobre as narrativas dos jovens e, o capítulo 8, algumas reflexões finais.

2 LUGARES

A Dique é uma comunidade com cerca de quatro mil habitantes que se estabeleceu a partir de famílias que trabalhavam em uma fazenda ao lado de um dique, construído para impedir alagamentos na pista de pouso e decolagem do aeroporto internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ao perceber que as condições de vida na capital estavam melhores que no campo, começaram a convidar familiares residentes no interior do Estado para morar no local. A este primeiro grupo se somaram pessoas que trabalhavam em um lixão que ficava próximo à área e que depois foi desativado por esgotamento do solo. As famílias foram se estabelecendo e o dique começou a ser aterrado para que pudesse ser ocupado, daí a comunidade ser conhecida por Vila Dique, apesar de seu nome formal ser Vila Santíssima Trindade. As pessoas que chegavam contavam para os parentes e amigos de sua região sobre as oportunidades de trabalho em Porto Alegre e, à medida que o tempo foi passando, mais e mais pessoas foram habitando este espaço. A ocupação, que teve início na década de 50, teve seu momento mais movimentado nas décadas de 80 e 90, o que coincide com o período de intensa recessão que passava o país e que afetava sensivelmente as regiões rurais.

Esta comunidade carregou desde sempre o movimento de deslocar-se de um lugar a outro. Boa parte dos moradores era descendente de imigrantes alemães e italianos que vieram de regiões do extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, em um movimento de êxodo rural, buscando melhores condições de vida e trabalho. Outros, provenientes de vilas populares da cidade e da região metropolitana. Os primeiros ocuparam a parte de cima do dique (Avenida Dique) e a estrada de chão (extensão de cerca de dois quilômetros de chão batido, localizada entre a Avenida Dique e a rodovia BR 290/ Freeway), onde preservaram algo do viver no campo nessa híbrida área urbano-rural. O outro grupo ocupou a área aterrada, transformada em becos. Estes moradores foram os primeiros a ser removidos, pois estavam na rota de pouso/decolagem da pista do aeroporto internacional Salgado Filho, que seria ampliada. Além disso, era bastante usual a migração – ir e voltar à cidade de origem – e mesmo a troca de

moradia dentro da própria Vila. Fazendo referência à origem dos moradores e a esses movimentos de ir e vir, o nome da escola local é Migrantes. Após as primeiras ocupações os moradores instalados no local começaram a comercializar os terrenos. Por conta disso, muitos dos que residem atualmente no local compraram seus espaços em um mercado informal, logo não consideram ter ocupado a área.

Os serviços que atendiam exclusivamente a comunidade – Unidade de Saúde Santíssima Trindade e Escola Migrantes – e os espaços criados pelos moradores – Clube de Mães Margarida Alves, Escola Infantil Galpãozinho, Padaria Chico Pão – foram resultado de lutas de mulheres moradoras do território, articuladas especialmente a partir da mobilização de uma religiosa vinculada à Igreja Cristo Redentor. Suas lutas visavam melhorar as condições de moradia, trazer serviços básicos para dentro da comunidade, entre eles a escola, que protegeria as crianças da estigmatização sofrida nas escolas em que estudavam (fora da comunidade). Eram chamadas de sujas por chegarem muitas vezes com os chinelos cheios de barro, já que precisavam atravessar toda a Vila para pegar o rumo da escola (na época não passava ônibus no local). Também havia a preocupação dos moradores quanto à ameaça de remoção pelo poder público, já que ali era considerada área verde.

A perspectiva de remoção sempre esteve presente, por ser uma área de ocupação e pelas repetidas vezes em que autoridades públicas a anunciaram ou omitiram-se na realização de investimentos no local por esse motivo. Além disso, muitos moradores expressaram, ao longo dos anos, o desejo de ter melhores condições de moradia e saneamento básico, e o reassentamento para outro local era bandeira de luta de algumas lideranças comunitárias. Portanto, o megaevento Copa do Mundo FIFA e consequente aporte de recurso, bem como o investimento em acesso a moradia do Ministério das Cidades foram apenas aceleradores de um processo que já estava em curso. O que não se esperava era o modo como aconteceria.

Dique é um território plural. Composição de pessoas vindas de distintos lugares, carregando consigo suas histórias, memórias, forjando no espaço ocupado novas realidades, reproduzindo realidades anteriores... No encontro com os moradores, com a equipe da Unidade de Saúde, com os residentes e com os colegas envolvidos com o Projeto Memórias, interrogo-me sobre a relação entre o território e a produção de vida/subjetividade. Direciono meu olhar para os jovens, pois me parece que inscrevem uma relação bastante particular com o local de

moradia. Muitos imprimem uma marca própria – o VDK (fazendo alusão ao nome da comunidade), que pode ser encontrada nos cadernos, nos muros, na escola, nas portas dos banheiros de casa (inclusive das casas em que vivem atualmente, no Porto Novo). Falam da circulação mais fluida pelo território Dique, em comparação ao Porto Novo, do que representava ser morador daquela comunidade quando estavam fora dali. Alguns reproduzem a experiência de suas mães e pais, construindo uma saída de casa (frequentemente, uma saída de situações de violência) pela via da maternidade/paternidade. Não raro, sofrem das mesmas dificuldades que seus familiares. Outros constroem modos de enfrentamento da condição socioeconômica pela inclusão em ações realizadas pela escola e demais serviços da rede – especialmente pela via de projetos culturais, esportivos ou de profissionalização – ou seguindo os passos de seus familiares, amigos, vizinhos em inserções no mundo do trabalho, o que nem sempre se dá no tempo previsto pelas leis que protegem o trabalhador, mas muitas vezes segue uma tradição familiar ou comunitária.

O Porto Novo, área do reassentamento, é um conjunto habitacional que vem sendo construído desde 2009 como projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério das Cidades. Atualmente insere-se no Programa Minha Casa, Minha Vida. O reassentamento tem sido gerenciado pelo poder público, através do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), que propõe um projeto arquitetônico e urbanístico similar a outras regiões da cidade que receberam moradores removidos de seus territórios de origem. A remoção dos moradores da Vila Dique foi impulsionada pelo movimento de reformas urbanas de preparação da cidade de Porto Alegre para ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, em especial reformas de melhoria de infraestrutura do Aeroporto Internacional Salgado Filho e ampliação da pista (o que, de fato, não aconteceu).

Localizado no bairro Rubem Berta, que fica no extremo norte de Porto Alegre (quase no limite com a cidade de Alvorada) ao lado do Sambódromo e do Porto Seco⁴, o conjunto habitacional é composto de casas de um ou dois andares (cuja área é de 36 metros quadrados) conjugadas, formando um condomínio horizontal. Inicialmente pintadas em três ou quatro tonalidades, algumas casas já foram modificadas pelos moradores – com tintas de outras cores, mosaicos, folhagens, símbolos dos times de futebol locais, grades e muros. Nas esquinas ficam

⁴ Onde ficam os depósitos em que são descarregados os caminhões vindos de outras cidades.

localizados os comércios e no limite entre o território e as outras casas do bairro estão o centro social⁵, galpão de reciclagem, posto de saúde, escola infantil, praça. Ainda há poucos espaços religiosos e nenhuma arborização. O acesso às outras regiões da cidade se dá através de dois ônibus, sendo um linha direta para o centro da cidade.

O nome Porto Novo foi escolhido por moradores através de votação promovida pela Associação de Moradores em parceria com o Departamento Municipal de Habitação. Os nomes em votação foram sugeridos previamente por moradores e trabalhadores dos serviços que atendem a população. Os jovens, em sua maioria, não participaram desta escolha. De maneira geral, os nomes sugeridos faziam alusão a superar a identificação da comunidade com o nome Vila Dique. As falas que escutamos durante o processo iam no sentido de “esquecer a Vila Dique”, “o que passou, passou”, o que nos pareceu ligado à estigmatização que as pessoas sentiam quando se diziam moradores daquele local. Alguns jovens, no entanto, trouxeram uma posição diferente. Aproximando-se para conhecer o resultado da eleição, ficaram muito desapontados ao saber que o nome da comunidade não seria mais Dique: “Ah, tinha que ser Vila Dique, VDK, a gente é diquelino!” (relato de uma agente comunitária de saúde, moradora do local e trabalhadora da Unidade de Saúde). No dia a dia, porém, seguem coexistindo variadas denominações, incluindo “Dique nova”.

O projeto urbanístico do conjunto habitacional buscou contemplar os espaços e serviços já existentes na comunidade ao invés de colocá-la em relação com o bairro. No entanto, houve atrasos importantes na construção dos serviços (saúde, escolas), o que por um lado trouxe prejuízos aos primeiros moradores –a remoção acontece em “lotes” e vem se estendendo desde 2009 –por outro propiciou que as pessoas buscassem no bairro estes recursos, construindo assim outras redes. Algo que indica isso é o uso da praça. A comunidade não se apropriou da praça em função de sua localização: fica distante dos domicílios e entre duas avenidas movimentadas, o que gera insegurança quanto a riscos de atropelamentos de crianças e jovens. Em vez de ir a esse local os moradores preferem ir a uma praça localizada dentro do bairro, na Vila Santa Rosa, a uma quadra do Porto Novo. Também foi improvisado um campo de futebol no canteiro central de uma das principais avenidas do conjunto habitacional, para que as crianças e jovens possam ter seus momentos de lazer dentro de suas casas.

⁵ Atualmente ocupado pelo Clube de Mães Margarida Alves e não pela Associação de Moradores, por disputas judiciais entre as duas organizações.

O bairro Rubem Berta, onde está localizado o Porto Novo, pertence em parte à região Norte e predominantemente à região Eixo Baltazar. Comporta diversas vilas/ comunidades e vem recebendo, ao longo dos anos, populações removidas de outras regiões de Porto Alegre, não tendo sido a remoção da Vila Dique a primeira experiência. Mas justamente por não ser a primeira e por ser a que teve maior impacto, pelo número de habitantes dessa comunidade, os primeiros moradores reassentados tiveram dificuldade em acessar os serviços do bairro – especialmente as crianças que ingressavam nas escolas da região. Além disso, recebeu, há alguns anos, o Sambódromo, na área do Porto Seco, o que foi alvo de intensos debates pela população porto alegreense. Pressionados por moradores do bairro em que historicamente o samba acontecia (em região central da cidade), a Secretaria Municipal de Cultura fez o projeto de construção do sambódromo no bairro Rubem Berta, o que provocou um descontentamento em vários setores da população: nos foliões, agremiações/ escolas de samba e carnavalescos devido à localização nos limites da cidade; nos moradores do bairro por se sentirem “depositários do que as outras regiões da cidade não querem” (conforme dito por um líder comunitário, em reunião do Conselho Distrital de Saúde em que se pleiteava a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA/ SUS; o morador fazia alusão à remoção da Vila Dique e outras remoções). Na ocasião, os movimentos sociais do bairro exigiram que na área do sambódromo fosse construído um espaço de incentivo à geração de renda, educação de jovens, cultura, como contrapartida à sua construção no local. A contrapartida foi aceita, mas nunca executada.

Atualmente, cerca de 70% da população já passou pelo processo do reassentamento e vive no Porto Novo ou mudou-se para outra região. Houve pessoas que retornaram para a Vila Dique por não terem meios de subsistência básicos para se manter na nova área, o que aconteceu com muitos carroceiros e carrinheiros, que foram proibidos de levar suas carroças, cavalos e carrinhos para o local. A população que ainda permanece na Vila Dique reside na estrada de chão, e a maioria tem interesse em permanecer lá, segundo informação de líder comunitário que reside no local. No entanto, perderam seus equipamentos sociais, recursos importantes que migraram para o novo território (permanecendo somente a escola local). Está em andamento a etapa final do reassentamento, porém as casas que estão em construção têm formato diferenciado dos demais domicílios, já que houve uma nova licitação para que o projeto se adequasse ao Programa Minha Casa, Minha Vida, que ainda não havia sido implementado nas etapas anteriores da remoção.

(Memórias de histórias escutadas, vividas e alguns relatos de diários- 2006 a 2014)

3 NO TERRITÓRIO DIQUE: IMPLICAÇÕES DE UMA TRABALHADORA DE SAÚDE

A partir de meus encontros com o “território-dique” e com o acontecimento “remoção”, produziu-se um desejo de buscar responder a algumas perguntas que foram se colocando no cotidiano de trabalho. Algumas inquietações relacionam-se ao lugar paradoxal que o psicólogo ocupa ao trabalhar em uma Unidade de Saúde junto a uma área em que vivem pessoas em situação dita de vulnerabilidade social. A Unidade de Saúde Santíssima Trindade é um serviço de atenção primária em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Assim como os demais serviços que compõem a Saúde Comunitária do GHC, é composto por equipe ampliada, em que, além das tradicionais profissões da saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia), conta com psicólogo e assistente social na equipe e nutricionista, farmacêutico e médico psiquiatra como matriciadores. Também fazem parte da equipe profissionais de nível médio (equipe de enfermagem, auxiliares administrativos e técnico de saúde bucal) e agentes comunitários de saúde. É campo da Residência em Medicina de Família e Comunidade e da Residência Integrada em Saúde - Ênfase Saúde da Família e Comunidade⁶ (RIS/ GHC- SFC), recebendo profissionais dos núcleos Psicologia, Serviço Social, Odontologia, Enfermagem e Farmácia, pelo período de dois anos.

O movimento de Reforma Sanitária – mobilização da sociedade e trabalhadores pela garantia do direito à saúde – trouxe mudanças significativas na concepção de saúde e oferta de serviços ao propiciar que novos olhares e modos de cuidado conquistassem espaço na saúde pública brasileira, tendo como maior conquista a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a

⁶ A Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição foi criada em 2004 e é uma modalidade de formação em serviço multiprofissional que tem por ênfases, além da Saúde da Família e Comunidade, a Saúde Mental, a Onco Hematologia, Paciente Crítico, Gestão em Saúde, Materno Infantil e Bucomaxilofacial. A modalidade residência multiprofissional em saúde foi instituída em 2006 pelo Ministério de Educação e Cultura, apesar de existirem experiências desde a década de 80 – momento em que a residência multiprofissional na Escola de Saúde Pública-RS é reconhecida em legislação do Estado do Rio Grande do Sul, com financiamento do Estado. No entanto, ainda não se avançou a articulação entre os setores da saúde e da educação, não sendo regulamentadas as residências vinculadas somente a serviços de saúde do SUS, o que é o caso da RIS/ GHC.

partir da lei orgânica da saúde, regulamentada em 1990. A Atenção Primária à Saúde (APS) – ou Atenção Básica, como foi nomeada no Brasil – é o nível de atenção do SUS que compreende serviços com território e população adscritos (em especial Unidades de Saúde ou Estratégias de Saúde da Família), favorecendo não só o olhar sobre o adoecimento, mas também sobre as condições de produção de vida dos grupos populacionais. A equipe multiprofissional no nível de atenção primária é efeito de toda uma construção no contexto da Reforma Sanitária, fomentada também pelas residências multiprofissionais em direção à integralidade do cuidado em saúde. A inclusão de profissionais de saúde mental nas equipes multiprofissionais também teve por influência, no estado do Rio Grande do Sul, a Psiquiatria Comunitária⁷, iniciativa pioneira no Brasil, de desospitalização e inclusão do cuidado em saúde mental pelas equipes de atenção básica, porém desde um viés higienista.

Concomitante à Reforma Sanitária, o movimento de Reforma Psiquiátrica tensionava para a desinstitucionalização nos modos de cuidar e pensar a saúde mental, fomentando a criação de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos. Esses movimentos, que são contemporâneos e cujas lutas têm muitas aproximações e um mesmo princípio ético – a garantia da cidadania e do acesso à saúde –, ainda têm desafios diversos, o que faz com que se encontrem e desencontrem. Por conta disso, mesmo com o entendimento de que o cuidado em saúde mental deva se dar no território, ainda está se construindo uma agenda comum efetiva entre as políticas de atenção básica e saúde mental. Nesta construção, a Psicologia ocupa o lugar de apoio/ matriciamento no nível da atenção básica, desde os Núcleos de Apoio de Saúde da Família (NASF), ou integra as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), podendo ali também realizar ações de matriciamento. Porém, no GHC, ainda os psicólogos estão nas equipes multiprofissionais, o que traz implicações positivas para o cuidado em saúde mental, mas, por outro lado, pode ser um entrave para o cuidado efetivo em algumas situações de maior gravidade, já que os demais serviços da rede de saúde tendem a entender que, se há um psicólogo no serviço, não é necessário incluir o usuário em outro serviço de maior complexidade.

⁷ Teve como fomentador o médico psiquiatra Ellis Busnello, que estabeleceu o primeiro programa de Psiquiatria Comunitária do Brasil, em 1966, inspirado na Psiquiatria Social Comunitária americana, e fundou o serviço de atenção primária Centro de Saúde-Escola Murialdo, extinto setor da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul (Busnello, 1976).

Além disso, a proximidade da vida cotidiana das pessoas inspira, na equipe de saúde, ações emancipatórias e também de controle/vigilância, paradoxo da Atenção Básica: tendo como ideal a transformação e emancipação da sociedade (horizonte da Reforma Sanitária e dos movimentos pela redemocratização brasileira das décadas de 70/80), encontra seu avesso em um afã higienista de controle das populações, incentivado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), em especial por se tratar de um país de economia emergente.

Se, por um lado, a atenção com base territorial favorece a realização de ações de promoção de saúde, a articulação em rede intersetorial, um olhar mais ampliado sobre as condições de produção de vida/subjetividade da população e do processo saúde-doença; por outro, somos convocados o tempo todo a atuar desde um lugar de vigilância e prevenção – a partir das demandas vindas de instituições judiciais, de proteção à criança e ao adolescente, dos próprios serviços da rede –, o que acaba por configurar certo controle sobre a população. O pedido é que a Psicologia, na Unidade de Saúde, tenha uma atuação que de alguma forma “proteja” ou “restaure” os sujeitos dos “riscos” relacionados às suas condições de vida. Desta forma, o olhar que o psicólogo é convocado a ter passa mais pela precariedade do que pela potencialidade.

O paradoxo é que a própria Psicologia contribuiu para a construção da ideia de risco. Segundo Castel (1987), com a expansão das práticas médico-psicológicas para os espaços comunitários (a partir da Psiquiatria de Setor na França e a Psiquiatria Preventivista americana), com um caráter sobretudo preventivo, passou-se a rastrear riscos. O autor explica que

um risco não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis (CASTEL, 1987, p. 125)

A prevenção implica a vigilância sobre grupos populacionais que, por fatores até independentes entre si, verificados por meios estatísticos, possam ser considerados mais propensos a apresentar riscos de comportamentos de desvio, doenças, etc. Estratégia de biopolítica, pois não implica o olhar direto agente-indivíduo, característico da sociedade disciplinar (ibid, p. 126). As formas de vigilância se dão de acordo com o momento histórico e o contexto e por vezes se renovam, como acontece na Atenção Básica, em que se segue priorizando

os meios estatísticos para definir as prioridades de programas de saúde para as populações. No âmbito da proteção à Infância e Adolescência, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), implementado em 1990, propõe a situação socioeconômica como o fator que colocaria a infância na condição de risco (PASSETTI, apud HILLESHEIM & CRUZ, 2008, p. 195).

Quando se olha prioritariamente para as fragilidades, a partir de dados estatísticos, e se desconsidera as táticas⁸ criadas pelos jovens nos coletivos em que vivem e as potencialidades envolvidas em seus modos de vida, o risco de individualizar ou mesmo psicopatologizar situações complexas que envolvem violações de direitos básicos é grande. Algumas ações da Unidade de Saúde Santíssima Trindade vão em outra direção, dentre elas o Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique. Realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem como perspectiva a promoção de saúde e a valorização da história e memória da comunidade, no contexto de reassentamento. Dentre as ações do Projeto está a construção de vídeo com os jovens moradores das comunidades Dique/Porto Novo, acolhendo os diferentes olhares sobre os lugares de moradia e vidas construídas nesses contextos. Por permitir acessar outras experiências juvenis para além das “prescritas” ou de interesse dos programas voltados para a população jovem, esta atividade foi escolhida como o principal dispositivo⁹ do plano de problematização da presente pesquisa.

⁸ Utilizamos aqui tática, no lugar de estratégia, apoiados em Michel de Certeau que, em pesquisa sobre práticas de consumo cotidianas, define tática como algo dependente dos acontecimentos, não determinado, ao contrário de estratégia que implicaria em um planejamento prévio (De Certeau, 2013).

⁹ Dispositivo é um termo criado por Foucault, que Deleuze (1996) caracteriza como máquinas de fazer ver e falar, destacando que, para Foucault, é engendrado por linhas de visibilidade, enunciação, força e subjetivação. Autores contemporâneos – trazendo nova nuance ao conceito – propõem a criação de dispositivos para provocar outros agenciamentos nas tramas já postas: tensionar, movimentar, deslocar as linhas que configuram um dispositivo (Benevides de Barros, 1997).

4 DO PERCURSO DE PESQUISA

4.1 UMA NOVA SENSIBILIDADE A PARTIR DO ENCONTRO COM O PROJETO DE EXTENSÃO MEMÓRIAS DA VILA DIQUE

“(...) existe um encontro marcado, secreto, entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.”

Walter Benjamin

O *Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique* foi pensado a partir do contexto do reassentamento. Já vinham acontecendo movimentos de diversos atores sociais (trabalhadores da unidade de saúde, da escola), de preservar as histórias do lugar e das pessoas que ali viviam, “contagiados” pela escuta dos moradores sobre como estavam vivenciando o processo (temores e expectativas) e a partir de suas próprias histórias de trabalho no lugar. Até mesmo quem não estava vinculado diretamente à população da Vila Dique, mas que de alguma forma identificou-se com a questão da remoção, desejava registrar algo sobre a comunidade. Nesse sentido, algumas produções audiovisuais haviam sido realizadas em 2009 e 2010 pela equipe da Unidade de Saúde (em atividade da RIS); pela Escola Migrantes, através do projeto Protagonismo; pela equipe do Ponto de Cultura Cinebancários, conveniado ao Núcleo de Cultura do GHC; bem como por fotógrafos e cineastas sem vinculação prévia.

Em 2010, uma trabalhadora¹⁰ recém-chegada a US, percebendo o desejo de muitos de preservar as histórias – em especial da equipe de saúde através de um grupo de trabalhadores que se organizavam em torno da temática Participação Popular (Unidade Produtiva Participação

¹⁰ Maria Amélia Mano, médica preventivista.

Popular- UPPP) –articulou, junto à professora da Faculdade de Educação da UFRGS, Carmem Zeli de Vargas Gil,¹¹ a aproximação entre Universidade e comunidade. Ao mesmo tempo, uma estudante do curso de História, aluna da disciplina de Estágio em Educação Patrimonial, demonstrou interesse de que seu estágio tivesse como foco a história oral de comunidades em processo de reassentamento. A partir daí se deu a criação do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, sendo esta estudante a primeira bolsista. Inicialmente foi feita uma roda de memórias com lideranças comunitárias e trabalhadores antigos da Unidade de Saúde, o que teve boa aceitação pelo grupo e deu origem à primeira edição do Projeto, que ocorreu ao longo de 2011 e 2012. Atualmente, além das pessoas já citadas, a equipe do Projeto é composta ainda por três acadêmicos bolsistas (dos cursos de História e Ciências Sociais da UFRGS), duas residentes da Residência Integrada em Saúde cujo lugar de formação é a US Santíssima Trindade, três trabalhadoras da equipe da US, dentre elas a pesquisadora-mestranda, e uma moradora que é agente comunitária de saúde e liderança comunitária, o que lhe traz uma função articuladora entre extensionistas e moradores. Tem parceria com o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da Faculdade de Direito da UFRGS e com o Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV), da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, compartilhando com estes as demandas coletivas apontadas pelos moradores.

O Projeto de Extensão acompanha o processo de reassentamento urbano dos moradores locais através de rodas de memórias, oficinas de fotografia e cinema e outras produções audiovisuais, promovendo a escuta das narrativas e o compartilhar de experiências relacionadas ao habitar a Vila Dique e o Porto Novo. Busca, assim, preservar as histórias da comunidade (tanto das pessoas, famílias, como dos movimentos de lutas e conquistas de direitos) na passagem de um lugar a outro, em uma perspectiva de promoção de saúde. Consiste, ainda, em um dispositivo potente de diálogo entre equipe de saúde, comunidade e Universidade. Nas palavras da professora Carmem Gil, “Memórias da Vila Dique é, sobretudo, uma escuta de quem aceita o convite para contar-se, reinventar-se na narrativa de suas experiências, vivenciadas no lugar que não era para ser, mas foi: um transitório permanente¹².” (GIL, 2013, p. 28).

¹¹ Historiadora, supervisora de estágio dos estudantes do curso de graduação em História na temática Educação Patrimonial.

¹² A expressão *transitório permanente* faz referência ao título de uma produção audiovisual realizada por residentes, estagiários e integrantes da equipe da Unidade de Saúde em 2009, pouco antes do início do reassentamento: “Vila

A primeira edição do Projeto Memórias consistiu na realização de rodas de memória e subsequente publicação de duas produções escritas. A primeira roda aconteceu em 2011 e teve a participação de lideranças comunitárias, trabalhadores e ex-trabalhadores da equipe de saúde. Nesta roda conversaram sobre as histórias da comunidade e as lutas por conquistas de direitos, como escola, unidade de saúde. A segunda roda, que foi realizada também em 2011, teve participação de moradores mais antigos, pertencentes às primeiras famílias que residiram na Vila Dique, e também moradores que tiveram participação em momentos-chave da história daquele território. A terceira roda aconteceu em 2012 no Porto Novo, e teve participação de moradores que já haviam sido reassentados.

Em sua segunda edição, em 2013, o Projeto iniciou a realização de um vídeo, com jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo, sobre o que construíram e constroem na relação com o território, com os vizinhos, com os valores que circulam em suas comunidades em termos de sociabilidades e práticas culturais; e também sobre as mudanças que a remoção provocou em seus percursos¹³ de vida. O vídeo vem sendo realizado a partir de roteiro elaborado pelos jovens em oficinas de formação. Filmagem, editoração e finalização contam com profissionais da área audiovisual, acompanhados dos jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo. Além desta ação, foram criadas marcas de memórias na Escola Infantil Galpãozinho e no Clube de Mães Margarida Alves, equipamentos sociais comunitários localizados no Porto Novo. Também está em construção o website do Projeto e, a partir de imagens e narrativas colhidas nas rodas de memória, nos encontros com os moradores, está sendo realizado o documentário *Dique de Memórias*, por Jaime Lerner.

Entendemos memória como o efeito de um processo de construção que se dá a partir do agora, do tempo presente (Possamai, 2010). Construída na forma narrativa, apoia-se nas experiências – o que envolve pessoas, lugares, afetos – nunca sendo, portanto, propriedade de um indivíduo. Dessa forma, nunca se pode falar em memória no singular e, sim, no plural. É seletiva, conforme os fatos e rastros que a evocam, sendo o esquecimento sua parte constitutiva. A memória não é apenas um depositário de fatos, mas um processo ativo de significações, que

Dique: Entre o transitório e o permanente”. Esta frase foi escrita à tinta no muro da Unidade de Saúde localizada na Vila Dique e filmada para o vídeo-documentário.

¹³ Assim como Cordeiro (1999), preferimos o termo “percurso” no lugar de “trajetória” de vida, para destacar que as histórias não são lineares e sim labirínticas, porque singulares.

revela o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas (Portelli, 1997). A necessidade de preservação da memória como um imperativo ético é discurso corrente na Psicologia, dentre outras disciplinas afins (Gagnebin, 2006). Porém, por vezes é preciso deixar esquecer para evitar que o passado paralise o presente, conforme alertava Tzvetan Todorov (2000) em seu reconhecido texto “Abusos da Memória”. Percebemos que a memória é um dos vetores de existencialização dos moradores da Vila Dique/Porto Novo, por vezes mais premente, por vezes menos, de acordo com o momento do processo em que se está, do lugar social que se ocupa, das lutas e resistências que se atualizam neste novo encontro com a cidade. No entanto, outros vetores são construídos a partir das situações que se apresentam no novo lugar de moradia.

Benjamin (1994a), nas teses sobre o conceito de história, alerta que o passado traz consigo algo misterioso que remete à salvação, como se pudesse nos redimir, colocar-nos em sintonia com algo maior, compartilhado, como se houvesse algo de redenção. Articulá-lo historicamente não significa conhecê-lo como de fato foi e sim apropriar-se de uma reminiscência que possa fazer frente a um perigo. Visibilizar o passado talvez possibilite aos moradores da Vila Dique remeterem-se a um comum, a um senso de coletividade que faça frente às dissoluções que se dão no processo de remoção: dissolução do lugar vivido, das relações de vizinhança, dos vínculos com o bairro, de seu lugar na cidade. À medida que novas realidades vão se fazendo, novas referências se configuram, enlaçando o novo lugar.

A História Oral – desde onde se inscreve o Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique – não tem uma perspectiva única, é contada desde muitos pontos de vista (Portelli, 1997). Permite que se conheça não somente os fatos, mas a experiência dos sujeitos sobre o vivido, os significados atribuídos por estes sobre os fatos sendo a memória o principal recurso para construir, reconstruir, desconstruir a própria história: “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (ibid, p. 31). As rodas de memórias são percursos investigativos que se inscrevem na História Oral e têm caráter mais livre e dinâmico que outras metodologias, reunindo participantes que tenham em comum algum aspecto de seu percurso de vida (Assunção, 2013). Consiste em um modo não-diretivo de contar e compartilhar histórias vividas em que o fio condutor são as memórias evocadas pelas narrações dos outros participantes. Os significados pessoais e partilhados de experiências emergem à medida que uma fala aciona a lembrança de outra pessoa,

mantendo, assim, o fluxo de memórias. A interferência do pesquisador procura ser mínima e no sentido de favorecer a circulação da fala. As rodas têm duração de uma hora e meia a duas horas e contam com a participação de oito a doze participantes e dois mediadores – uma pessoa conhecida dos moradores que também participe da equipe do projeto e alguém da Universidade (geralmente, bolsista de extensão). Esta metodologia ainda não foi amplamente estudada, porém tem sido ferramenta potente, pois possibilita, de um lado, a escuta mútua e o fortalecimento dos laços entre os moradores e entre eles e sua história; e, de outro, “estabelecer as dinâmicas da Vila no passado e no presente” (ibid., p. 48).

A partir das rodas e outras atividades do Projeto, notamos que a percepção dos moradores sobre as vivências na Vila Dique antes e após o reassentamento foram visivelmente diversas. Se antes havia uma valorização das conquistas e o receio de que a história ficasse para trás, com a vontade de manter viva essa memória, depois começaram a ser contadas as histórias não tão belas, não tão heroicas, histórias sofridas de viver em um lugar em condições sanitárias precárias, sendo alvo de preconceito e estereótipos. A esperança trazida pelo novo local de moradia passou a prevalecer nas falas, que também eram carregadas de descontentamento pelo modo como aconteceu a remoção e as perdas que tiveram nesse processo. O que parecia permanecer era a força e a importância da mulher lutadora, na cultura daquela comunidade. Estes deslocamentos de posição subjetiva diante do processo de reassentamento indicam que “mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, ou em sua situação socioeconômica, podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o ‘colorido’ da história” (PORTELLI, 1997, p. 34)

Os produtos da primeira edição foram dois livros publicados em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS: *Memórias da Vila Dique* e *Da Vila Dique ao Porto Novo: Extensão popular, rodas de memória e remoções urbanas*¹⁴. Estes livros foram amplamente distribuídos e divulgados. Tiveram lançamento na UFRGS e no Centro Social do Porto Novo, com participação expressiva dos moradores em ambas as atividades. A participação se expressou também em falas em que as mulheres pontuaram a preocupação com o futuro daquela comunidade – em especial o futuro das famílias que ainda permaneciam na Vila Dique – demonstrando, assim, uma visão crítica sobre o processo de remoção e reassentamento.

¹⁴ Disponíveis através do link <http://www.memoriasviladique.com.br/site/>

O Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique vai na contramão de projetos de construção de espaços de memória que buscam romantizar o passado e idealizá-lo, anulando as relações de poder envolvidas na construção das identidades locais. Ao contrário, busca ser um contraponto à espetacularização da cidade trazida pelos megaeventos, à medida que aponta para a importância da história de uma comunidade que se fez à margem da cidade, porém a partir desta; de um grupo de pessoas que se estabeleceu em um território considerado inabitável (um dique), porém que ali construiu sua vida e cidadania. As histórias ouvidas e contadas não buscam um consenso, são singulares. Por vezes se encontram, por vezes se desencontram, de acordo com a experiência de cada um. No entanto, refletimos sobre a indicação de Benjamin de que o processo de transmissão da cultura e seus monumentos não são isentos de barbárie e, que, na medida do possível, devemos nos desviar disso, “escovando a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994a, p. 225). Os “lugares de memória” (NORA, apud POSSAMAI, 2010, p. 213) não guardam a memória de um coletivo, cidade, nação e sim dos atores sociais que adquiriram legitimação ao longo dos anos nesses espaços (considerando as relações de poder que estão presentes no tecido social). Sabemos que as histórias narradas são versões singulares das pessoas que participam do Projeto, muitas vezes diferentes das experiências e visões daquelas que não participam. Trazendo um contraponto ao entendimento de que as pessoas que viviam na Vila Dique nada tinham e que os recursos aportados a partir do evento Copa do Mundo teriam lhes possibilitado ascender à condição de cidadãos (vida como mercadoria), o Projeto Memórias busca afirmar as vidas que ali se fizeram e a cidadania construída na adversidade, muitas vezes reivindicando do poder público os direitos que de antemão já deveriam estar garantidos – direito à moradia, saúde, educação, trabalho.

No Projeto Memórias, está em permanente análise a função que a memória sobre a Vila Dique assume para os moradores e como ela se expressa. Lembrar ou esquecer? O que querem lembrar, o que querem esquecer? Preservar ou construir memória? No início de 2013 foi feita uma conversa com os moradores sobre a continuidade do Projeto Memórias, e muitos falaram do desejo de investir no Porto Novo através da arborização, do cuidado com a grama, colorindo os muros, em que as crianças e jovens desenhassem as histórias da Vila Dique, da maior aproximação entre os moradores, que hoje vivem mais nos espaços dos domicílios que no espaço compartilhado da rua. Estas falas indicam o desejo de cuidado com o novo espaço de moradia, “cuidar do presente para que as crianças quando se tornarem adultos tenham boas lembranças

deste lugar” (fala de uma moradora). E os jovens, que memórias do antigo lugar são evocadas a partir do novo? O que as memórias produzem? É possível que “sacralizem” ou idealizem a Vila Dique e suas histórias?

4.2 SINGULAR, PLURAL: CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa consistiu em um caleidoscópio de memórias: as da pesquisadora e as dos jovens que participaram do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique. Acompanhamos os jovens nos espaços e atividades propostas na 2ª Edição do Projeto Memórias da Vila Dique, cujo foco de intervenção era a construção de um videodocumentário sobre suas experiências no encontro com os territórios Vila Dique e Porto Novo. Ao longo de 2013 participaram em torno de 15 jovens entre 12 e 29 anos. As ações realizadas foram rodas de conversa, oficinas de cinema e filmagens em que os jovens foram convidados a compartilhar suas histórias relacionadas a habitar a Vila Dique e o Porto Novo.

A pesquisadora participou das ações do Projeto como integrante de sua equipe e neste âmbito escutou as narrativas dos jovens, “recortando” e escrevendo em diário o que delas se aproximava do plano de problematização desta pesquisa, qual seja, a relação entre habitar um lugar (territorialidade) e a construção de territórios existenciais juvenis. Também fizeram parte da pesquisa as memórias da pesquisadora: narrativas recolhidas em diários em momentos diversos da experiência com os jovens no cotidiano de trabalho na Unidade de Saúde Santíssima Trindade e no Projeto Agente Jovem, onde teve o primeiro contato com moradores da Vila Dique. O diário lhe acompanha em seu percurso, sendo anterior à pesquisa. Nele são registrados acontecimentos, percepções, reflexões sobre os encontros com os usuários, sobre o trabalho. Aos participantes da pesquisa foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido¹⁵, assinado por eles e responsáveis legais, quando se tratou de menores de dezoito anos. O Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS. Também foram utilizados

¹⁵ Anexo.

materiais do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique (transcrição de entrevistas e rodas), com autorização da coordenadora do Projeto¹⁶.

O *método da montagem, a narração e a flânerie* – temas trabalhados por Walter Benjamin – foram referência para pensar o método e a ética do pesquisador nesse processo de pesquisa, por tratarmos de questões como a memória, as histórias vividas em um lugar que está em vias de se extinguir, as experiências dos jovens na relação com os lugares em que vivem e a potência destas experiências na criação de modos de existir. Inspirado em Nietzsche, Benjamin compreendia que o historiador, para além de restaurar, deveria “nadar contra as ondas da história” (NIETZSCHE, apud LOWY, 2005, p. 73), isto é, como cronista da história, deveria recusar uma pretensa objetividade e concepção de passado como tempo acabado (Ferreira, 2012). Essa concepção do tempo é preciosa para esta pesquisa, em que está em jogo a construção de narrativas apoiadas na memória sempre a se atualizar e transformar, à medida que se desenrolam as experiências atuais dos jovens. Para Benjamin, “no agora se revela a imagem mais íntima do outrora.” (BENJAMIN, apud MOLDER, op. cit., p. 49) Ao mesmo tempo, a imagem do passado – que permanece sempre inacabada – também é submetida ao processo histórico (Löwy, 2005). Nessa dialética do tempo, o futuro é “futuro do pretérito” (LOWY, 2005, p. 162), pois os acontecimentos sempre se dão dentro de um processo histórico em que passado, presente e futuro se conectam. .

A montagem se dá pelo recolhimento de fragmentos, fatos, vestígios. “Nada pode ser posto de lado para a captação viva e fecunda do momento” (BENJAMIN, apud MOLDER, op. cit, p. 31). Apresentar o detalhe, destacar aspectos aparentemente secundários, compor, combinar, cruzar, seriam modos de entrar em contato com os sentidos partilhados pelos homens em outros tempos (Pesavento, 2004). Os “cacos da história”, termo usado por Benjamin, seriam sinais, “sintomas” (ibid., p. 64), condensação de sentidos que revelam a mentalidade e sensibilidades de uma época. “Pedacões de histórias incompletas, fragmentos de narrativas seriam montados pelas urgências políticas do agora.” (BAPTISTA, s/d, p. 3).

A *narração*, como veículo da experiência, é um tema discutido por Benjamin que tem aproximação com a proposta metodológica desta pesquisa, em que operamos com as narrativas dos jovens. No ensaio “O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, o filósofo fala da dimensão utilitária da narrativa, isto é, a transmissão das experiências e saberes ligados a

¹⁶ Autorização em anexo.

elas. Tais experiências não pertencem a um indivíduo e sim são histórias cuja autoria nem sempre é determinada, mas que se relacionam com situações experienciadas por pessoas, coletivos. Muitas vezes são histórias já contadas e que são recontadas, conforme o autor: “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas.” (BENJAMIN, 1994, p. 205). A narrativa seria uma forma artesanal de comunicação, em que a “coisa narrada” é extraída de um mergulho na vida do narrador, carrega sua marca, de modo que “quem escuta uma história está em companhia do narrador” (ibid., p. 213). Mizoguchi (2007), ao discorrer sobre este ensaio, indica que “a ética da narrativa, dando a ler fragmentos urbanos, quer concretizar uma arte de dizer e de intercambiar experiências” (MIZOGUCHI, 2007, p. 51) e propõe o que chama “política de narrabilidade das passagens e dos percursos sempre inconclusos”. Knijnik (2009), a partir do mesmo ensaio, propõe a narrativa como “possibilidade de construção de conhecimento singular, local e aberta” (KNIJNIK, 2009, p. 23). Para ela, narrar é “produzir mundos, buscar gestos que atravessem os lugares” (ibid., p.54). Propõe a “tática narrativa” (ibid., p. 52) (em contraposição à estratégia), que consiste em sustentar paradoxos – ao invés de buscar totalidades – e visibilizar os invisíveis.

O *flâneur*¹⁷ é um personagem, um tipo, um modo de ser típico da Paris do século XIX. O “ocioso sonhador”, representante da mentalidade pequeno-burguesa (Bolle, 1994) que caminha pela cidade sem pressa, sob as luzes e sombras dos lampiões a gás, observando pessoas e acontecimentos. É cronista e poeta das galerias, espaços intermediários entre a rua e o interior da casa (ibid.). As reformas urbanas que aconteceram em Paris no século XIX, ampliando a iluminação e cuidando de aspectos paisagísticos, pareciam ampliar a sensação de pertencimento e proteção dos cidadãos para que pudessem circular – e comprar – livremente pelo espaço urbano, longe de qualquer perigo. No entanto, logo a cidade virou metrópole e passou a atrair uma grande quantidade de pessoas, uma “multidão” que, para Benjamin, não permitiu a circulação do *flâneur*. Eis a metrópole que encontramos no nosso tempo, com sua produção de invisibilidades,

¹⁷ Foi bastante explorado pela literatura da época, especialmente por um gênero literário específico, as “fisiologias”- precursoras dos “folhetins”, que se ocupavam em descrever os tipos encontrados nos diferentes lugares da cidade (Benjamin, 1994). Tal literatura buscava criar uma “cultura”, oferecendo matérias de expressão para que o parisiense se reconhecesse e se identificasse com um “modo de ser” próprio da Modernidade que estava em vias de se consolidar. Tentava-se omitir ou apaziguar as tensões próprias da época – os tipos retratados eram inofensivos e conviviam de modo pacífico uns com os outros. O *flâneur* emerge como personagem privilegiado a conduzir o filósofo pelos escritos e pensamento da época. A partir do estudo da obra de Baudelaire, Goethe, Poe, entre outros escritores de seu tempo, Benjamin buscou empreender uma “crítica da consciência burguesa” (BOLLE, 1994, p. 24). Para ele, a Modernidade estava traduzida nos sonhos, percepções, mentalidades dos sujeitos.

impossibilidade de encontros, anonimato, “indiferença brutal, isolamento insensível de cada indivíduo em seus interesses privados.” (BENJAMIN, 1994b, p. 54).

Como pesquisar as experiências dos jovens em seu território, bairro, cidade e as táticas de resistência aos modos de subjetivação hegemônicos, bem como a inventividade construída a partir destas experiências? Recuperamos o *flâneur* no que ele pode inspirar a ética do pesquisador em um modo de fazer pesquisa “andarilho”, comprometido com uma crítica da cultura (Bolle, 1994). “A figura multifacetada do *flâneur* é usada como instrumento de percepção e mapeamento da paisagem social” (BOLLE, 1994, p. 21) e nos ajuda a desacelerar em um tempo de aceleração, a nos aproximarmos do plano de pesquisa de um jeito mais suave, considerando sua complexidade e contradições.

Ao estudarmos a experiência urbana na cidade contemporânea, não devemos buscar uma “excepcionalidade” em nossa época nem causalidades artificiais entre o tempo atual e o passado, mas, sim, estarmos atentos para perceber o que do presente remete às sensibilidades do passado (Ferreira, 2012). A cidade apresenta indícios da narrativa hegemônica – do modo de produção capitalista – mas, também, do que lhe escapa, das práticas dissonantes, das resistências.

Walter Benjamin sugere a investigação histórica a partir do inacabamento da subjetividade, refeita precariamente de acordo com a lembrança e o esquecimento, a infância e a experiência, o desejo e a perda da suposta linearidade e completude de narrativas. Pesquisam-se as cidades para que se possa entender a história silenciosa que é inscrita nas coisas. Para Benjamin, é como se tratasse de reivindicar uma suspensão da história teleológica a fim de alcançar uma visibilidade profana de camadas de acontecimentos que ainda não foram reconhecidos. (FERREIRA, op. cit., p. 167)

A escolha por expor que a pesquisa foi realizada a partir da experiência com as comunidades Vila Dique e Porto Novo, sem omitir os nomes das comunidades, é por compreendermos de que se trata de um percurso único, junto a um Projeto que tem o compromisso ético de registrar e devolver para a comunidade as histórias que escuta, o que a inscreve também neste compromisso. Como falar sobre as vivências dos moradores destas comunidades, sobre sua cultura local e táticas, omitindo os nomes dos lugares desde onde falam? Diante disso, para garantir o sigilo e confidencialidade dos participantes, não revelamos seus nomes nem aspectos que sugiram sua identidade. Também buscamos reproduzir, nos inícios de capítulos e subcapítulos, aquelas narrativas que nos parecem refletir o pensamento do grupo, do coletivo.

Nesta proposta de pesquisa, entendemos que escutar as narrativas dos jovens buscando acolher a singularidade da experiência de cada um, sem buscar generalizações ou leituras identitárias, foi um cuidado metodológico e ético. Foi fundamental, neste percurso, a perspectiva ética de constante reflexão sobre a dimensão política envolvida (política como construção de modos de existência) e, em função disso, a constante análise de implicação, isto é, a “análise do impacto que as cenas vividas e observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e o estatuto de poder do pesquisador” (PAULON, 2005, pág. 23). Conforme alerta Cordeiro (2009),

A escrita está intimamente associada ao poder (Gnerre, apud Cordeiro, 2009). Esse debate conduz também à reflexão acerca da possibilidade de produzirmos uma escrita menos violenta, em que o sujeito pesquisado não é exatamente o 'bom nativo', isto é, absolutizável, mas que nos permita enxergar uma cisão, orientando o olhar. (Cordeiro, 2009, p.76)

Lazzarotto (2012) trouxe outra consideração ética importante para esta pesquisa. Ao falar da intervenção com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, alerta que a escuta das demandas juvenis por vezes é desafiadora, pelo excesso de saber-verdade de que os pesquisadores/psicólogos/demais atores sociais estão impregnados, apoiados em construções conceituais que pouco se atualizam na experiência, fazendo com que o encontro com os jovens se constitua em um “provocador exercício ético” (LAZZAROTTO, 2012, p. 164). Ela propõe que os saberes arraigados sejam colocados em segundo plano e que façamos da ignorância e da pergunta disparadores do percurso metodológico que se faz na interface entre saberes, incluindo os saberes juvenis. Com prudência e delicadeza, devemos compor linhas inventivas, cuidando para não nos perdermos de um caminho orientador, por um lado, e, por outro lado, de não nos enrijecermos em posições técnicas e hierárquicas das instituições de que fazemos parte, impedindo “a conquista de outros limiares de nossa prática.” (ibid., p. 165).

A partir da composição dos apontamentos metodológicos descritos, buscamos apreender os sentidos produzidos neste processo histórico que vivenciam os jovens moradores da Vila Dique/ Porto Novo. A permanência destes sentidos depende de um jogo complexo de forças (políticas, econômicas, sociais, subjetivas), portanto não pretendemos que os resultados dessa pesquisa naturalizem um olhar sobre este processo e esta comunidade. Este percurso é singular e datado, já que o tempo presente reconstrói a todo instante a memória e a história.

5 JUVENTUDE E CIDADE: PASSAGENS

5.1 A CIDADE EM MOVIMENTO

As terras natais estão definitivamente perdidas. Mas o que podem esperar é reconstituir uma relação particular com o cosmos e com a vida, é se ‘recompor’ em sua singularidade individual e coletiva. O nascimento, a morte, o desejo, o amor, a relação com o tempo, com os elementos, com as formas vivas e com as formas inanimadas são, para um olhar depurado, novos, inesperados, miraculosos.

Felix Guattari

"A Vila Dique mudou, foi pro Porto Se-co"- dizia o rap inventado às pressas por um menino que corria de casa em casa para ver a mudança. Com ele, muitas outras pessoas corriam, surpresas, parecendo felizes, para ver a casa nova dos amigos, familiares, vizinhos... o projeto havia se tornado real. ‘As casas não são tão pequenas’, ‘Tia, quando vai ter escolinha¹⁸?’ ‘Tem uma praça aqui pertinho, na Santa Rosa’ – algumas falas que escutei naquela tarde ensolarada. E a alegria das crianças subindo e descendo escada, e os pequenos que ajudavam a mãe a limpar a casa, ‘sujos’ de sabão... Quanta emoção, também para nós, apesar de toda a contradição que envolve esse reassentamento: casas pequenas, em série, urbanização ‘goela abaixo’, sem respeitar a territorialidade construída no Dique, em que se abole o rural.... tinha quem nunca havia usado uma chave para fechar a porta, e as campanhas também causavam entusiasmo... Pena que no final tivemos que escutar a hipocrisia de ‘nossas

¹⁸ Grupo de criatividade infantil, espaço lúdico coordenado pelos agentes comunitários de saúde da US Santíssima Trindade com as crianças da Vila Dique. Acontecia na rua e foi suspenso desde o início da remoção (já que as crianças que frequentavam o grupo foram removidas no primeiro lote.

autoridades’... por sorte estávamos no bairro do samba e a União da Vila do IAPI fez brilhar a festa! ‘Eu sou da vila!’ Todos da Vila, e da Zona Norte, e parece que vai se respeitar o nome da comunidade, segue Vila Dique. E, no fim, escutamos o barulho dos aviões, que também passam por lá....

(fragmento de diário, 22/10/2009)

Deixar o lugar em que se vive, arrumar as coisas na bagagem e fazer a travessia, nada fácil. As contradições nessa passagem são muitas. No processo de reassentamento da Vila Dique, percebemos o quanto o desejo de permanecer, o desejo de ir, as memórias em relação ao lugar de origem foram se modificando à medida que o plano de remoção foi se corporificando. As muitas dimensões da territorialidade aqui se apresentaram, as percepções sobre o processo eram diferentes, dependendo do grupo (jovens, adultos, idosos), da posição perante a comunidade (liderança comunitária ou não), do momento (antes ou depois da remoção).

Entendemos território como “espaço vivido” (GUATTARI & ROLNIK, 2011, pág. 388). Territorializar é apropriar-se, criar relações intensivas, sensíveis com lugares, com modos de ser, e lhes dirigir “uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (ibid.). Os coletivos se constituem no espaço em que vivem, e as relações estabelecidas entre os coletivos e os espaços são processuais, estando em curso todo o tempo (Claval, 1999; Haesbaert, 2007). O termo território – *territorium* – deriva do vocábulo *terra*, e sua primeira utilização se deu no sistema jurídico romano (Haesbaert, apud Terra, 2009). Seu uso se consolidou, no entanto, no interior das ciências modernas. Inicialmente na Etologia, então no campo das ciências naturais, posteriormente foi reivindicado como categoria científica pela Geografia, onde se encontram os principais estudos, apesar de não se restringir a este campo. Passa a ter relevância no final do séc. XIX na consolidação dos modernos Estados-Nação (Terra, 2009): “Território era entendido como expressão legal e moral do Estado, refletido na conjunção do solo e do povo” (FERNANDES, 2009, p.61).

Na década de 70 do século XX, as transformações sociais e políticas geraram novos debates sobre o conceito. Destaca-se a contribuição do geógrafo francês Claude Raffestin,

contemporâneo de G. Deleuze e F. Guattari, M. Foucault e H. Lefebvre (Fernandes, 2009, p. 61). Raffestin (1993) mostra que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço”. Segundo ele, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator o territorializa” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Destaca o caráter de produção, de apropriação, pelas variadas relações que envolvem sua inscrição em um campo de poder. Ruckert & Misoczky, em obra em que aproximam as contribuições de Raffestin ao campo da Saúde Coletiva, apontam que “as interações fundantes da territorialidade residem na capacidade histórica dos atores sociais de imprimirem novos usos políticos, econômicos e de gestão ao chão dos seres humanos” (RUCKERT & MISOCZKY, 2002, s/p). Os autores mostram que, se, por um lado, o Estado “recorta o espaço em malhas” para seu maior domínio, por outro, “há uma espacialidade contida na existência humana que está muito além do espaço banal e do gerenciamento das quadrículas do poder das organizações governamentais” (ibid.).

Paul Claval, geógrafo contemporâneo, em “O território na transição da pós-modernidade” (1999), aponta que “as relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica”. O território propiciaria aos sujeitos tomar consciência do que partilham, “ajudando na cristalização de representações coletivas” (Brunet apud Claval, 1999, p. 11), o que o faz suporte para a construção de identidades coletivas. Em decorrência disso, há uma imbricação entre os problemas que afetam o território e a questão identitária. Considerando ambas categorias (território e identidade) como produtos da cultura, a posta em xeque pode se dar ao longo da história. Destaca que

Há crises identitárias que provocam freqüentemente uma modificação da relação com o espaço; as transformações da realidade espacial correm o risco de provocar, ao contrário, um questionamento das construções identitárias: elas devem ser reformuladas ou reconstruídas sobre novas bases (CLAVAL, 1999, p. 16).

Apesar das perspectivas epistemológicas diversas entre Paul Claval e Guattari e Rolnik, entendemos que o autor amplia o conceito de território, aproximando subjetividade e territorialidade. Podemos dialogar com Claval substituindo *crise identitária* por *mudanças nas relações entre os coletivos e os espaços em que habitam*, o que traz uma perspectiva potente porque construtiva, que abordaremos ao longo deste capítulo (apoiados especialmente nos apontamentos de Milton Santos).

Para Milton Santos, o espaço se dá às pessoas que com ele se relacionam como um “conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante”

(SANTOS, 2012, p. 317). Ao mesmo tempo, compartilhar um território “impõe a interdependência como práxis” (ibid, p. 319): “cooperação e conflito são as bases da vida em comum” (ibid., p. 322). O território, então, só existe enquanto espaço ocupado por pessoas, que estão imersas em relações de poder, tanto a nível horizontal (entre seus pares, exercendo funções sociais similares ou diversas) como vertical, na relação com o global – traduzido em capital, cidade, trabalho, Estado.

A mudança de local de moradia produziu, para os moradores da Vila Dique, rearranjos na territorialidade, já que se modificou o espaço físico, as relações de vizinhança, as expectativas em relação ao lugar; implicou na inserção em um bairro bastante antigo, extenso e plural (com diversas comunidades), o Rubem Berta, em que o debate aberto com as populações e elementos já presentes (praça, escola, ônibus, dentre outros) foi por vezes silencioso, por vezes ruidoso. Observamos que os jovens experimentaram a entrada no novo local de modos diversos. Aqueles que foram reassentados em 2009, no início do reassentamento, tiveram dificuldades no acolhimento na rede local de ensino. Alguns relatos chegaram à Unidade de Saúde, desencadeando intervenções da equipe junto aos professores, para que auxiliassem na socialização e integração entre os novos e antigos alunos. Já aqueles que vieram em 2011/2012, em sua maioria, não encontraram maiores dificuldades (conforme relato de alguns jovens, inclusive em roda de conversa realizada no contexto do Projeto Memórias). A disposição das casas e a maior aproximação com o bairro (entorno), comparado à realidade anterior, também conformaram novos hábitos nos jovens moradores. As atividades no espaço da rua (dança, brincadeiras, jogos, conversas) perderam um pouco de espaço, e a circulação no bairro – por exemplo, ir na *lan house*, ou ir à praça local – aumentou.

Milton Santos destaca que as “cidades grandes”/metrópoles são lugares que, por proporcionar maiores intercâmbios, permitem que todas as formas de organização, trabalhos, possam se instalar, conviver. Dessa forma, considera-as um “enorme espaço banal” (SANTOS, 2012, p. 322), onde é mais possível às pessoas de diferentes classes sociais subsistirem. Escreve:

Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos, ela [cidade grande] pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e lugares tão contrastantes, como pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho,

como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra seu caminho para o futuro (SANTOS, 2012, p. 323).

O geógrafo também percebia que, nos processos migratórios, há um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Após um momento inicial de perplexidade, é preciso criar os meios de apropriar-se do novo lugar, o que, para o autor, gera um exercício de construção de conhecimentos novos. Para ele, ao apropriar-se de um novo espaço, ao territorializar, por vezes é preciso deixar de lado antigos saberes para que possam emergir novos. Nesse sentido, a memória é, por vezes, suspensa (Santos, 2012).

Os moradores da Vila Dique, em sua maioria, já haviam vivido direta ou indiretamente (pela história de seus familiares) processos migratórios, já que essa comunidade foi fundada por moradores de áreas rurais do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Havia na Vila Dique uma característica geográfica e cultural de preservação de traços dessa origem rural na arquitetura e no modo como os espaços estavam organizados.

O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, um processo sempre inovado (SANTOS, 2012, p. 330).

Homens de fora reunidos com jovens portoalegrenses, um misto de experiências e valores que se complementavam e, por vezes, se confrontavam. Cidade como uma rede sem fronteiras, que confronta e mistura o velho e o novo. Superfície que abriga a “heterogênesse humana e sua potência em fazer variar as formas.” (França, 2012, p. 211).

Diferente da visão de Milton Santos, a migração, para Kowarick – em especial, do campo para a “cidade grande” – produz fragilidades associadas ao “enfraquecimento dos laços de sociabilidade primária, vida associativa e mundo do trabalho” (KOWARICK, 2002, p. 21). Segundo ele, no período inicial de industrialização no Brasil, ainda era possível integrar as pessoas do campo à cidade, através do acesso a direitos básicos, como habitação, educação, saúde, mas, no final do século XX, os migrantes encontraram maiores dificuldades. Com o êxodo rural, passavam da situação de pobreza experimentada no campo para a de miséria nas metrópoles. Desarraigados de suas redes familiares e de sociabilidade, sofriam forte estigmatização e discriminação pelos outros habitantes da cidade. Esta análise data de 2002, de

forma que podemos refletir se hoje, passado o período de maior recessão do país (décadas de 80/90), o cenário ainda é o mesmo.

A ocupação é um ato de territorialização motivado pelo desejo de viver e reproduzir-se no espaço da cidade (Heidrich, 2010). Assim como os moradores da Vila Dique, milhares de cidadãos migram em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades e deparam-se com o pouco (e caro) acesso à moradia, ou mesmo agregam-se a familiares que já residiam em áreas ocupadas (o que caracteriza o movimento migratório de grande parte dos moradores da Dique). Na América Latina, considerável parte da população acessa o solo pela via da posse, devido à necessidade (Alfonsin, 2008). Historicamente, isso tem levado essas populações a “sustentar um mercado imobiliário irregular, com características de submercado, com regras próprias, marcado pela insegurança da posse.” (ibid., p.26).

Raquel Rolnik (2012), em artigo na revista Carta Capital, aponta que, desde a metade do século XX, e especialmente a partir do final dos anos 70, formou-se um movimento social pela reforma urbana no Brasil. Esse movimento tem se organizado na luta pelo direito à moradia, em reação a um processo de urbanização caótico, resultado de décadas de urbanização acelerada que “absorveu, em poucas e grandes cidades, grandes contingentes de pessoas pobres, sem jamais integrá-las efetivamente às cidades” (ROLNIK, 2012, s/p.). Segundo a urbanista, a partir dessa mobilização da sociedade, algumas experiências (ainda na década de 80 do século XX) inovaram por identificar e demarcar áreas ditas “periféricas” no zoneamento da cidade como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), reconhecendo sua existência e estabelecendo compromissos na direção de sua regularização e incorporação definitiva. As ZEIS foram legitimadas pelo Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, o que as generalizou no país, porém Rolnik indica que ainda não houve um amplo reconhecimento do direito à moradia no Brasil. Ela coloca que

A política habitacional atual é concebida como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, sem qualquer articulação com uma política de ordenamento territorial e fundiária que lhe dê suporte, especialmente no que se refere à disponibilização de terra urbanizada para produção de moradia popular. Por outro lado, grandes projetos em curso – entre operações urbanas e obras de preparação das cidades para a Copa do Mundo e as Olimpíadas – abrem frentes de expansão imobiliária e atração de investimentos, flexibilizando e excepcionalizando normas e leis. Os megaeventos marcam, simbólica e concretamente, a entrada das cidades do país no circuito dos territórios globais. (ibid.)

Segundo o dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil (Wobeto, 2013), divulgado em dezembro de 2011 pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa, tem-se, pelo menos, vinte e um casos de remoções forçadas de moradores em sete capitais brasileiras, além de desalojamentos irregulares em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Wobeto refere que os Comitês Populares são organizações formadas a partir da união de movimentos sociais, acadêmicos e organizações políticas, para fiscalizar e denunciar abusos e ilegalidades relacionados aos megaeventos esportivos que o Brasil vai receber nos próximos anos.

É no contexto de megaeventos que se dá o reassentamento da Vila Dique, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – implementado em 2007 pelo Ministério das Cidades – e coordenado pelo Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Muitos discursos se atravessam nesse processo. A justificativa de ampliação da pista do aeroporto escamoteia a expansão imobiliária que está em jogo na região e em outras regiões da cidade; a “promessa” de melhoria das condições de moradia esconde a desvalorização dos modos de habitar que os moradores haviam constituído na Vila Dique. Considerando a “favela como expressão do caos” (Silva, 2011, pág. 211), o projeto urbanístico-arquitetônico não preserva as características do território de origem, especialmente a coexistência de um modo de habitar rural dentro do espaço urbano. Os 36 metros quadrados que constituem a área interna das novas moradias escondem a negligência em relação às outras necessidades dos moradores, para além das casas. Os primeiros habitantes, ao chegarem ao Porto Novo em 2009, depararam-se com a falta de serviços básicos (saúde, escola), de arborização e investimento na construção de praças, espaços de lazer. Além disso, a pouca integração dos novos moradores do bairro com os antigos gerou situações conflituosas e até mesmo atos de discriminação entre crianças e jovens que estudam na escola do bairro.

Quando as ações políticas são voltadas somente para a “periferia, favela”, dificilmente incidem na “máquina de produção de exclusão territorial” (ROLNIK, 2002, p. 4), pois não abrangem a complexidade das interrelações que se dão no espaço urbano. Mesmo que o reassentamento da Vila Dique tenha sido preparado junto a algumas lideranças comunitárias locais com certo conhecimento da população e que o cadastro dos moradores tenha sido feito antes do início da transferência da população (o que indica não se tratar de uma remoção forçada,

como é comum no contexto de readequação das capitais para receber megaeventos no Brasil), não parece ter havido um cuidado com as questões envolvidas no habitar a cidade, para além da moradia. Poderia ter sido realizado, por exemplo, um trabalho de articulação com os moradores e serviços do bairro que receberiam os novos habitantes.

Rolnik problematiza o formato em que as casas são construídas nos assentamentos urbanos, o que se aproxima muito da situação de o Conjunto Habitacional Porto Novo não ter contemplado os modos de habitar dos moradores da Vila Dique:

Se nos assentamentos populares a base é de duas a três famílias por lote, por que a base no Zoneamento e na Lei de Uso e Ocupação do Solo é unifamiliar? Por que não o lote multifamiliar? Portanto é fundamental a discussão do conteúdo da regulação urbanística. De nada servem leis que cartografam apenas os mercado de classe média e alta. (ibid., p.5)

Em rodas de memória realizadas em momento anterior do *Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique*, percebemos que alguns moradores não se identificam mais com o local anterior de moradia. Trazem aspectos bastante negativos da Vila Dique (falta de saneamento básico, violência entre moradores, alagamentos constantes), o que se diferencia muito das narrativas escutadas antes do início da remoção, em que havia uma opinião geral de não querer se desfazer da área ocupada. Santos (2012) nos deixa otimistas com a proposição de que quanto mais instável e surpreendedor for o novo espaço de moradia, mais eficaz será a operação de descoberta. Para ele, a força do tempo presente (as forças existentes em um dado momento) é um dado dinâmico na produção da nova história. Os moradores da Vila Dique (e Porto Novo) que, em sua maioria, vieram de regiões rurais do interior do Estado do Rio Grande do Sul, novamente se depararam com uma mudança de lugar. Agora têm como desafio criar novas relações com o território, novos modos de habitar. Como é essa experiência de mudança para os jovens, cujos territórios existenciais também se movimentam?

5.2 DISCURSOS SOBRE JUVENTUDE (S)

Era 2002. Jovens e técnicos do Projeto Agente Jovem¹⁹ estavam reunidos em uma das salas do CECOFLOR²⁰, conversando sobre andanças pela cidade. Os jovens, todos moradores da Vila Dique, contavam das saídas da comunidade nos finais de semana para ir aos “sons”. Falavam das festas a que gostavam de ir, das músicas preferidas (pagode, nunca hip hop!), dos encontros com jovens de outros bairros e comunidades. Um dos meninos contou que, quando chegava no “som”, costumava trocar os cigarros de caixinha. Jogava fora a caixinha de marca mais barata e colocava todos os cigarros na caixinha da marca “Free”, que “não é chinagem”. Todos riram e reagiram, concordando; aqueles que fumavam contaram que faziam o mesmo, “pra se dar bem no ‘som’ tem que fumar free!”.

(Fragmento de diário do trabalho como técnica do Projeto Agente Jovem, 2002).

A juventude, como categoria social que define o período da vida entre a infância e vida adulta, foi construída entre o final do século XIX e início do século XX, na esteira do pensamento moderno (Diógenes, 1998): “Invenção moderna, tecida em um terreno de constantes transformações.” (ibid., p. 93). Tal categoria tem sido analisada pelas disciplinas das ciências sociais e humanidades, ficando a Psicologia a cargo de seu estudo na perspectiva do sujeito particular e seus processos (León, 2005), comumente desde uma perspectiva naturalista, utilizando o termo *adolescência* e tomando-o como correlato das mudanças no corpo trazidas pela puberdade. O primeiro estudo sobre o tema na Psicologia foi realizado por Stanley Hall, que caracterizou a adolescência como período do desenvolvimento individual de grande turbulência e

¹⁹ O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é realizado atualmente com recurso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e tem, como público alvo, jovens entre 15 e 18 anos incompletos, em situação de trabalho irregular ou em situação de vulnerabilidade social. Foi implementado pelos serviços da política de Assistência Social com o objetivo de propiciar experiências práticas que preparassem para a futura inserção no mundo do trabalho, bem como a permanência no sistema escolar.

²⁰ O Centro Comunitário Vila Floresta era um serviço da política de assistência social do município de Porto Alegre. Atualmente é um Centro de Referência em Assistência Social (CREAS), conforme o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Atende a população que reside na região noroeste do município, incluindo os moradores que ainda residem na Vila Dique.

instabilidade emocional – atribuindo tal instabilidade ao desenvolvimento sexual (Menandro e Trindade, 2009). Considerando isso preferiremos utilizar juventude, e não adolescência.

Com a cultura de massas e o consumismo assumindo um lugar central na cultura que caracteriza o tempo da modernidade, a juventude acaba por ser tomada como agente catalisador e propagador de um estilo moderno e cosmopolita. No entanto, se, por um lado, “dá forma aos sonhos de liberdade e evasão dos adultos”, por outro, também corporifica os “pesadelos de violência e desordem”, sendo ao mesmo tempo alvo de campanhas de marketing que lhe *glamourizam* e “fonte de desconfiança e repressão preventiva” (CALLIGARIS, 2002, p. 9). Isso porque o imaginário sobre a juventude está ligado aos ideais de liberdade e desordem do século XX, em que a quebra das estruturas de poder consolidadas deu lugar a outras disputas, culminando, no final do século, com a emblemática Guerra Fria. Desde o início do século passado a juventude esteve associada ao sonho do homem livre de governar-se, e, no final do século, a disputa entre os valores que deveriam guiar a vida em sociedade fez muitos jovens se engajarem em lutas políticas, em especial na América Latina, fazendo com que se propagasse uma imagem depreciativa destes na *mass media*, associada à periculosidade e violência (Coimbra & Nascimento, 2003).

No Brasil, os veículos de comunicação social tiveram um papel essencial no controle das mentalidades, no contexto de instabilidade política das décadas de 60 a 90 do século XX (conforme atesta o documentário realizado pela BBC de Londres e censurado em nosso país, *Muito Além do Cidadão Kane*). No contexto da redemocratização, em meados da década de 80, a mídia produziu outros discursos sobre a juventude, desvinculando-a do movimento estudantil – que teve importante papel de resistência ao regime militar nas décadas precedentes – e associando jovem e consumo, através de uma visada da juventude como produto cultural a ser consumido e do jovem como consumidor em potencial. Goulart & Santos (2012) apontam dois eventos que marcaram essa transição na imagem veiculada sobre o jovem. O primeiro foi a publicação, em 1984, na Revista Veja, dos resultados de uma ampla pesquisa realizada por uma agência publicitária sobre o perfil do jovem brasileiro. Esta pesquisa conclui que o jovem era mais “conservador” que “rebelde”, considerando rebeldia como sinônimo de engajamento político. No ano seguinte, 1985, ano da eleição indireta do primeiro presidente civil após o período do regime militar – presidente Tancredo Neves –, o festival Rock in Rio foi realizado pelo publicitário Roberto Medina, “celebrando uma nova situação política, sem crises” (ibid., p.

313). Obteve investimentos do setor empresarial e apoio da mídia para a sua realização “vendendo” uma imagem em que estavam associados juventude, liberdade e consumo. O Rock in Rio, de fato, tornou-se ícone, marca da nova geração jovem que emergia naquele momento político e que ainda hoje é parâmetro – uma juventude de classe média alta (Kehl, 2004) cujos valores são disseminados na sociedade. Podemos perceber, então, que

(...) para cada momento histórico, é apresentada uma ideia iconizada da juventude, que passa a valer, em âmbito geral, como o modelo de análise do jovem concreto em suas relações. Instaure-se determinado ícone acerca da juventude, o que denota uma maior visibilização de determinado modo de ser como efeito do campo de forças em constante luta no qual nos situamos. O que queremos dizer com isso é que cada noção de juventude veiculada como sendo uma visão hegemônica do modo de ser jovem desconsidera a produção de sentidos e modos de ser engendrados no exercício do embate entre forças situadas e datadas em condições históricas e culturais de cada tempo; portanto, podem ser produzidas inúmeras e singulares formas de subjetivação ou modos de ser em cada momento específico. (GONZALES & GUARESCHI, 2008, p. 467)

Naquele momento histórico, a concentração de poder de alguns veículos de comunicação também contribuiu para uma forte estigmatização das populações minoritárias e, dentre estas, os jovens empobrecidos, o que tem efeitos até hoje. Percebemos este estigma em alguns relatos dos jovens moradores da Vila Dique, em sua circulação pela cidade, e dos moradores do Porto Novo, no encontro com o novo bairro.

As imagens que se propõe sobre os jovens, que por um lado romantizam sua condição e por outro consideram a juventude como período de crise e moratória, de “vir a ser” – em que o futuro dará sentido para suas ações – contribuem para que se forme uma visão do jovem em sua negatividade e não no que produz no tempo presente. Poucos (e mais recentes) são os estudos que mostram os modos como os jovens constroem suas experiências, formas de sociabilidade e atuação (Dayrel & Carrano, s/d).

Os programas e projetos sociais voltados para a população jovem no Brasil ou partem de um entendimento de que os jovens causariam problemas para a sociedade ou os considera setor vitimizado, que necessita ser objeto de maior atenção. (Gonzales & Guareschi, 2008). Via de regra, o público alvo são jovens considerados em situação de risco e vulnerabilidade social. Estes conceitos, tão naturalizados, merecem uma breve reflexão. Foucault propõe que observemos “em que condições e com quais efeitos se exerce uma verificação” (FOUCAULT, 2008, p. 50).
Questiona:

Por que interferências, toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade – por que interferências essa série de práticas pôde fazer que o que não existe (loucura, sexualidade, etc) se tornasse, porém uma coisa, uma coisa que continuava não existindo (...)” (ibid, p. 26)

No contexto das políticas públicas, algumas concepções e intervenções vão se estabelecendo e se consolidando em detrimento de outras. Tomemos a questão da vulnerabilidade social, situando o que possibilitou sua emergência como categoria e as transformações que se tem hoje no “problema”, a partir das mudanças econômicas e sociais recentes no país. Em documento publicado pelo Ministério do Trabalho, apresenta-se a contextualização do surgimento do conceito e sua diferenciação em relação ao conceito de exclusão, mais utilizado anteriormente. A preferência pelo termo vulnerabilidade social se dá por este carregar maior poder explicativo, frente à heterogeneidade das situações de precarização existentes nos países da América Latina (Brasil, 2007, p. 13). É um termo que compreende a existência ou não de condições de enfrentamento das situações de adversidade, sejam elas capitais físicos, humanos (em especial acesso ao trabalho) e sociais (o que inclui acesso aos serviços e informação). Apesar da suposta dinamicidade do conceito, observamos que ele se centra no desenvolvimento do que Foucault apontou como capital humano, em consonância com a *vitalpolitik*, que implica a “renformação da sociedade segundo o modelo da empresa”, reconstituindo “pontos de ancoragem em torno do indivíduo” (Foucault, 2008, p. 332). Se por um lado o conceito relativiza a associação entre pobreza e risco, também coloca no indivíduo e nos coletivos a busca pela melhoria das condições de desenvolvimento do capital humano. O Estado deve apoiá-lo, mas o investimento para tal melhoria é no indivíduo e no indivíduo-família, como temos visto nos programas sociais desenvolvidos no país. Hillesheim e Cruz (2008), em texto que problematiza o uso de conceitos de risco e vulnerabilidade relacionados à infância, apontam que a noção de vulnerabilidade social está atrelada à de risco e abre espaço para a possibilidade de intervenção sobre estes riscos. Para as autoras, a gestão dos riscos é uma estratégia biopolítica que tem como objeto não o corpo do indivíduo, mas o corpo-população. Torossian e Rivero (2009) apontam que os conceitos e classificações sobre a vida humana são estratégias de afirmação política da emergência de determinados saberes e, “mais do que descobrir uma realidade humana, produzem sujeitos” (TOROSSIAN & RIVERO, 2009, p. 57). A produção de olhares que vão na direção da fragilidade das vidas mais do que na potencialidade, que ofertam controle travestido de cuidado, em que se busca atenuar possíveis riscos (nem tanto para os indivíduos, mas para os grupos sociais que poderiam ser colocados em risco por estes), produz realidades, portanto é

política. “Falar de vulnerabilidade e risco, para além da sua desnaturalização em relação à situação econômica é admitir a possibilidade de ser produto também das ações que ao tentar resolvê-la, potencializam seu lugar.” (ibid., p. 65)

Observamos, portanto, que a ideia de vulnerabilidade social foi produzida, construída como um problema, em um momento em que se fazia necessária a intervenção sobre o corpo populacional (década de 90 do século passado, segundo artigo do Ministério do Trabalho já citado), abrindo caminho para essa intervenção. Hoje, vivemos uma ampliação do acesso aos direitos e bens de consumo – especialmente da capacidade de consumo, de compra. Que discursos se produzem agora? As políticas públicas, por um lado, têm um caráter de controle sobre a população e são dispositivos do capitalismo global. Recebem financiamentos e regulação de organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde, que, por exemplo, dita os programas a serem implementados para os povos das Américas visando redução de agravos que tragam custos para o sistema de saúde e, portanto, para o Estado (maior eficácia com menor custo). Por outro lado, no Brasil, os movimentos sociais (sociedade civil), à medida que vão ganhando força e legitimidade na máquina do Estado, incluem na pauta das políticas públicas demandas importantes que resultam na ampliação da realização do direito pleno e que possibilitam intervenções no sentido da cidadania (como é o caso da ampliação da política de assistência social e do Sistema Único de Saúde).

No que tange às políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, observamos a coexistência de diferentes paradigmas que foram se estabelecendo em momentos históricos diversos (Abramo, 2005). Destes, destacam-se o que coloca o jovem como ator estratégico do desenvolvimento e o que nomeia a “juventude cidadã” como sujeitos de direitos. O primeiro emergiu na década de 80 e teve como um de seus pilares o discurso da ONU sobre juventude, em 1987, em que esse grupo populacional era visto com potencial para superar a crise e alavancar o desenvolvimento econômico do país (Goulart & Santos, 2012). O segundo se desenvolve à medida que se restabelecem os direitos humanos, após o fim das ditaduras militares na América Latina, incluindo o Brasil. As políticas para a juventude podem carregar diferentes orientações, mesmo dentro da mesma estrutura do Estado, dependendo de que setor a propõe (Sposito & Carrano, 2003). Além disso, não somente sofrem os efeitos de concepções diversas como também “pode[m] provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre

seus sujeitos jovens” (ibid., p. 3), não sendo apenas retrato passivo das formas dominantes de conceber a condição juvenil mas, também, agindo na construção de novos olhares sobre esta condição.

Coloquemos juventude no plural, considerando-a categoria complexa e heterogênea, não universal, rompendo com a perspectiva etnocêntrica proposta pela mídia e por estudos que se pretendem generalizáveis independente dos contextos de existência dos jovens e que acabam por produzir uma associação entre cultura jovem e mercado (Velho, 2006). Os agrupamentos juvenis expressam as multiplicidades culturais de suas localidades e a “diversidade interna das sociedades em que vivem em termos de *ethos*, estilos de vida, visões de mundo e, em geral, modos de construção social da realidade”. (ibid., 2006, p. 192). Assim,

Os jovens na sociedade não constituem uma classe social, ou grupo homogêneo como muitas análises pretendem intuir. Os jovens compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes. As idealizações políticas que procuram unificar os sentidos dos movimentos sociais da juventude tendem a ser ultrapassadas pelo contínuo movimento da realidade. (CARRANO, 2003, p. 110).

É desse entendimento de juventude que partimos. Ao mesmo tempo, concordamos com o psicanalista francês Jacques Rassial de que o jovem está em um momento fecundo de uma operação inventiva cuja produção é o autorizar-se de si mesmo, pois está sujeito aos ideais de normatividade da cultura ao mesmo tempo em que está em posição de resistência/denúncia frente à incoerência dos discursos socialmente dominantes (Rassial, 1997).

Pais (1999) propõe pensarmos em trajetórias e traços de vida juvenis. Considerando a ideia corrente de que os jovens vivem em situações crescentes de risco, associadas a “condições precárias de vida, novas formas de vivência e experimentação sexual, manifestações diversas de intolerância, apelos consumistas, condutas e culturas rebeldes, lazeres marcados por excessos e transgressões” (ibid., p. 9), sugere partirmos dos traços desenhados pelos jovens em seus quadros de vida para compreender os eventuais riscos que estes traços possam configurar. Trata-se de conhecer o modo como “fabricam e reconhecem os seus particulares modos de vida, suas identidades e relações de pertença” (ibid., p. 11), visibilizar as condições ou determinantes sociais de jovens que vivem em contextos de vida singulares, “mostrando e questionando as suas múltiplas formas de expressão; pesquisando as suas estratégias de sobrevivência; debatendo ações sociopolíticas que melhor poderão prevenir a exclusão desses mesmos jovens” (ibid., p. 9).

Traços de vida que matizam cotidianos juvenis, grafias dançantes de significados de vida em sua errância semântica. Um traço instaura (por inclusão) um lugar de escrita – a vida que se escreve, inscreve e descreve – lugar de execução e gestão de desejos e vontades, ansiedades e frustrações, expectativas e desilusões. Gestão de gestos, gestos de vida, tocados e retocados, preenchendo modos ou quadros de vida. Traços de vida que ajudam a moldar, combinando diferentes estilos e usos, acentuando singularidades, estabelecendo códigos. Traços de vida que, eventualmente, projetam riscos de vida (PAIS, 1999, p. 10)

Buscamos, no presente estudo, visibilizar algo aberto e inacabado, não capturado do jovem, contrapondo o olhar sobre a cultura jovem como mercadoria. Peter Pelbart (2003) – em artigo que tem muita afinidade com as questões levantadas nesta pesquisa – problematiza:

De que maneira, na megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de criar sentidos? Como cartografar as estratégias de revitalização vital, de constituição de si, individual e coletiva, de cooperação e autovalorização das forças sociais avessas ao circuito formal de produção? (PELBART, 2003, p.21)

No encontro dos jovens com o território, com a cidade, o que se engendra, o que protege?
Guattari nos lembra que

As cidades são imensas máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sobre todos os aspectos em que se queira considerá-las. (GUATTARI, 1992, p. 172)

6 NARRATIVAS DE JOVENS

6.1 OFICINAS DE CINEMA: UM JEITO DE (SE) CONTAR

Já há algum tempo a equipe do Projeto Memórias se reunia às 5as feiras para avaliar e planejar as ações. As reuniões eram leves, com muitos debates e risadas, em um grupo com bastante sintonia. Todas as ideias novas eram bem vindas. Eram meados de 2012, faltava pouco tempo para terminar o prazo do Edital referente ao ano seguinte. Naquele dia, a coordenadora do Projeto, escutando a vontade de alguns bolsistas, sugeriu que o foco no próximo ano fosse os jovens que estavam em processo de remoção na Vila Dique. Propôs que o Projeto potencializasse as atividades que os jovens já realizavam naquela comunidade: seria Hip Hop, Fanzine, Dança, Música? Por um momento o grupo se deu conta de que de fato não conhecia muito desses jovens e suas vivências. Uma participante do grupo, extensionista, propôs então: “E se fizermos um filme, um documentário, em que conheceremos os diferentes grupos juvenis que vivem na Vila Dique e suas experiências, incluindo a de mudar de lugar de moradia?”. Todos concordaram com a ideia e, assim, nasceu o filme.

Ainda em 2012, edital PROEXT/MEC/Sesu, de extensão universitária, selecionou o Projeto Memórias da Vila Dique 2013, que tinha como principal atividade a realização de um videodocumentário com jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo sobre a experiência de ser jovem e morador de uma comunidade e também sobre as mudanças que a remoção provocou em seus percursos de vida. O vídeo está sendo realizado a partir de roteiro elaborado pelos jovens na oficina de cinema. A filmagem, a editoração e a finalização têm sido feitas com profissionais da área, acompanhados dos jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo. A atividade busca oportunizar um espaço de escuta dos modos de viver e habitar e do processo de remoção e

reassentamento, assim como propiciar que o público em geral conheça outras versões a respeito das experiências destes jovens, desconstruindo estereótipos associados a sua condição social.

Em um primeiro momento foram convidados a participar jovens já conhecidos pelos integrantes do Projeto, especialmente as trabalhadoras da Unidade de Saúde. Foram realizadas duas rodas de conversa para apresentação da proposta de realização do vídeo e convite à participação. A primeira roda de conversa foi voltada para jovens vinculados a um grupo de promoção de saúde realizado na Unidade de Saúde, sob coordenação da assistente social, agentes comunitários de saúde e residente de Serviço Social. A segunda, para jovens da comunidade que haviam sido contatados no ano anterior quando foi feita uma caminhada para apresentar o projeto. Ao contrário do que pensávamos, não houve muita diferença entre os participantes da primeira e da segunda roda, já que os que vieram na primeira quiseram voltar. Também percebemos que os que aceitaram o convite para a participação na oficina de cinema e permaneceram até o início das filmagens eram aqueles que tinham uma aproximação maior com pessoas da equipe do mesmo, em especial a moradora (que também é agente comunitária de saúde do território) e a pesquisadora.

Em seguida às rodas, iniciou-se a oficina de cinema. Muitos foram os jovens que passaram por esse processo, porém quatro permaneceram por mais tempo, dos quais pudemos conhecer um pouco as experiências e desejos. Tinham idades e experiências diversas (13, 14, 15 e 23 anos). Até o presente momento, permanecem no processo duas jovens da comunidade – que são amigas desde a infância, o que pode ter contribuído para que permanecessem – que trouxeram outros amigos para o momento das filmagens. Participaram dessa construção extensionistas da UFRGS, residentes da RIS, duas moradoras da comunidade que também são agentes comunitárias de saúde, a coordenadora do Projeto de Extensão, um produtor de vídeo que foi contratado via licitação pública e a pesquisadora.

As oficinas aconteceram aos sábados, no período de junho a setembro de 2013. Tiveram por objetivo compartilhar conhecimentos básicos sobre cinema, roteiro e produção audiovisual, apresentar diferentes estéticas da produção cinematográfica e propiciar espaço para a construção do roteiro pelos jovens participantes. Os encontros aconteceram no espaço da Unidade de Saúde Santíssima Trindade, sendo realizada uma visita à Casa de Cultura Mário Quintana, em que se pôde conhecer as salas de cinema e como se dá a projeção do filme. A preparação e a

coordenação das oficinas ficaram a cargo de duas bolsistas do projeto, com a colaboração dos demais integrantes (pesquisadora, residente, demais bolsistas). Participava também o produtor de vídeo contratado, que tinha por tarefa auxiliar na construção do roteiro e fazer as filmagens. Em alguns momentos ele filmou as oficinas, passou a câmera para os participantes, gerando momentos leves de risadas e de integração. Também fotografávamos os encontros, captando olhares atentos, sorrisos, ideias.

À medida que os encontros iam acontecendo, começavam a surgir ideias e imagens para o roteiro. Um dos jovens anunciava que “já estava escrevendo”, porém não socializava com os demais. Dizia que gostava muito de escrever textos, poesias e já tinha tudo em sua cabeça para o filme. De outro lado, algumas meninas anunciavam que “já estavam filmando”, pensando através de imagens. À medida que o grupo ia se formando, as ideias e imagens começavam a ser compartilhadas e ganhavam ou perdiam força ao entrar no comum do grupo. Havia diferenças de experiências e de idade, o que trazia nuances nas perspectivas que os jovens traziam sobre o tema do morar na Vila Dique e a mudança. Um queria contar sobre a Vila Dique através das pessoas que tiveram papel importante nas lutas pelos direitos dos moradores, as lideranças comunitárias. Outra, conversando com professores e alunos da escola local (Escola Migrantes), por onde passaram muitos jovens e onde haveria muitas histórias pra contar. As meninas trouxeram a ideia que por fim prevaleceu, seja por contemplar a experiência dos jovens nos dois territórios (Vila Dique e Porto Novo) seja porque por fim os outros participantes tiveram dificuldade em se manter participando do projeto, por fatores externos a este.

O roteiro proposto por elas consistia em mostrar um dia de vida de amigos que estudam na mesma escola, porém que residem em locais diferentes. Todos residiam na Vila Dique, porém alguns já se mudaram para o Porto Novo e outros permanecem na Vila Dique. A escola fica próxima da Vila Dique. Todos têm curiosidade em saber como é viver no outro local. Neste dia, transitam por ambos os territórios conversando sobre suas curiosidades, rotinas, o que sentem falta, o que projetam para o futuro. Os jovens participantes dessa história têm idade entre doze e quatorze anos, portanto, refletem uma versão da história. Os que já se mudaram não tiveram a experiência de ser jovens na Vila Dique, pois ainda se consideravam crianças quando foram reassentados junto com suas famílias (há cerca de dois anos). Já aqueles que ainda residem no local vivenciam outra condição.

À medida que se construía o roteiro as percepções sobre os locais de moradia eram compartilhadas. A história foi se modificando para tornar-se mais próxima do que vivenciam no cotidiano. Inicialmente centrado em perguntas, com um caráter de entrevista, o roteiro passou a ter um tom mais leve e próximo da realidade dos jovens: o encontro na escola, o compartilhar lanches e músicas no recreio, as conversas sobre o que é comum e diferente, a visão que têm e que supõem que os outros habitantes da cidade tenham sobre suas vivências e territórios de moradia...

As filmagens iniciaram em setembro e envolveram as jovens do projeto e seus amigos e colegas da escola. Acompanhamos sua rotina desde o início da manhã, o trajeto de casa até a escola, o recreio, o almoço na saída da aula. Em meio a isso, cenas de camaradagem e parceria: os amigos saindo juntos do território para ir para a aula, o cumprimento de mãos, a espera na esquina, enfrentar o ônibus lotado às 7 da manhã, a longa caminhada da parada do ônibus na movimentada avenida Sertório até a chegada na escola. Depois, o recreio na arquibancada da quadra de esportes, onde compartilham fones de ouvido para ouvir as músicas que gostam e depois reúnem as moedas para comprar o lanche “clandestinamente” com o funcionário do armazém da esquina – isso quando não é dia de “lanche da 8ª”, em que os alunos da 8ª série se organizam para fazer o lanche e vender para os colegas – depois, o fim da aula e a despedida, não sem antes comer um xis na lanchonete ao lado, em que todos dividem o sanduíche e o refrigerante.

Cenas de amizade, de coleguismo, de cuidado com o outro, era isso que importava mostrar. O afeto driblando as distâncias, o encontro na escola aproximando mundos, a vontade de saber como é dali para fora, daquele espaço protegido para fora. A vontade e o receio de retornar à Vila Dique, de reencontrar o barro do chão que impossibilitava ir à escola nos dias de chuva, de não encontrar o cenário da infância. A pergunta das meninas que já haviam se mudado: como é morar na Vila Dique agora? Durante o processo escritas, desenhos, cenas imaginadas... a vontade de mostrar que morar na vila não é o mesmo que estar envolvido em cenas de violência, mostrar como realmente é (segundo a fala de uma participante da oficina).

A partir da participação no projeto de extensão, houve também uma maior aproximação das jovens com a Universidade. Estiveram no Salão de Extensão e no Salão Jovem da UFRGS, participaram de reunião da equipe do projeto na Faculdade de Educação. Ainda, participaram de

outras atividades do projeto Memórias, como o filme que está sendo rodado sobre o Projeto de Extensão e a atividade de final de ano da equipe.

O processo de realização das filmagens ainda está em andamento, pois o contrato com a produtora que iniciou a atividade foi desfeito devido a pouca qualidade da captação de imagens, resultando em novo contrato com outra equipe. Em função disso, ainda não está concluído o vídeo. Porém, a partir do que foi construído até então, já temos boas pistas das aproximações e distanciamentos entre as experiências destes jovens na relação com seus locais de moradia, foco desta pesquisa.

6.2 VIVER, HABITAR, RESISTIR

Passemos às narrativas. Para conhecê-las, será preciso se desfazer de alguns saberes que podem estar naturalizados, como a crença de que viver em uma área ocupada, em uma vila de classe popular, traz muito mais malefícios que benefícios para quem cresce nesse lugar. Apresentaremos as narrativas escutadas no contexto do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, na caminhada de divulgação da atividade, nas rodas de conversa e na oficina de cinema. Também traremos situações para além do Projeto, quando relacionadas às temáticas. Escolhemos fragmentos que expressam sentimentos e crenças que escutamos em diversos espaços, não somente no âmbito deste Projeto. No entanto, será possível perceber que há diversas versões da história e que a relação do jovem com o território e a remoção não é unívoca, tem diferenças que parecem estar relacionadas a idade, local de moradia dentro da Vila Dique e Porto Novo, condições de vida.

Apresentaremos inicialmente os relatos sobre a Vila Dique, em seguida sobre a remoção e, depois, sobre o Porto Novo. As narrativas sobre a Vila Dique e o Porto Novo serão apresentadas dentro de três eixos – *viver, habitar, resistir* – para que possamos visibilizar os diferentes âmbitos da relação com o território. Sabemos, no entanto, que estas dimensões se entrecruzam e uma aporta elementos para a outra. O eixo *viver* versará sobre o lugar dos territórios na produção de subjetividade – sociabilidades, sentimento de pertença, identificações. O eixo *habitar* trará mais diretamente os efeitos das questões ligadas à moradia e infraestrutura

sobre as experiências destes jovens. Já no eixo *resistir*, veremos como as questões ligadas ao território tornam-se vetores de existencialização e bagagem para a circulação na cidade e enfrentamento de situações (socioeconômicas, discriminatórias, etc). Antes, uma breve reflexão sobre “ser jovem” desde as palavras dos próprios jovens e da equipe do Projeto.

O que é ser jovem? Esta pergunta emergiu em uma reunião do Projeto, quando conversávamos sobre quem convidaríamos para as rodas de conversa. A pergunta foi um elo entre dois entendimentos que parecem se contradizer. O primeiro diz respeito às legislações (Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude), no que versam sobre as idades que caracterizariam esse grupo populacional. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, não usa o termo jovem e caracteriza a adolescência como um período entre 12 e 18 anos incompletos (Brasil, 2002). Já o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, considera jovens todos que têm entre 15 e 29 anos de idade (Brasil, 2013). A partir disso nos perguntávamos: quem vamos convidar para as atividades do Projeto, todos entre 12 e 29 anos? Para tentar resolver essa questão, passamos a buscar um segundo entendimento, sobre o que caracterizaria a condição juvenil. Perguntávamos se os jovens que estão em uma posição que corresponde ao adulto na sociedade (trabalho, filhos, etc) também se veriam como jovens. Rapidamente vimos que no próprio grupo havia a experiência de entrada no mundo de trabalho bastante cedo (por parte de uma das bolsistas, que nasceu em uma cidade menos urbanizada, e por parte da participante que é moradora do Porto Novo e trabalhadora da saúde). Também a experiência de maternidade aos 18 anos. Passamos, então, a outras hipóteses. A que pareceu consenso foi que a juventude seria caracterizada por multipertencimentos: amigos, escola, trabalho, projetos sociais, consumo. Emergiu uma narrativa no grupo, sobre um jovem da Vila Dique:

Ele falou para o pai que tinha pego um emprego. Ah, que bom, tu vai poder ajudar tua mãe! (pai falando). No fim do mês ele chegou em casa com um tênis de 600 reais. Chega na escola com esse tênis, as gurias vem em cima!

Seguimos nos perguntando: mas, hoje em dia, ainda se pode limitar esta condição a uma faixa etária específica? Não seria esse o modo de viver em nosso tempo? – questão que permaneceu em aberto. Nas rodas de conversa, fizemos a pergunta: o que é ser jovem para vocês? As respostas inicialmente passaram pelo que é dito pelos familiares, sobre alguns ritos de passagem – em especial, para as meninas, a festa de debutantes, em que trocariam o sapato baixo

por um de salto alto, entregue pelo pai, representando esta passagem de uma condição infantil a outra juvenil. Esta tradição não lhes pareceu condizer muito com sua realidade e logo passaram para uma segunda ideia, para o que de fato eles pensam que caracteriza a condição juvenil: a possibilidade de fazer tatuagem, colocar piercing; um misto entre ter mais responsabilidades, mais liberdade e ao mesmo tempo ainda poder brincar, ter uma certa leveza na vida. Percebemos, então, que, como indica Pais, os modos de passagem ainda contemplam formas prescritivas tradicionais (idade, trabalho), mas agregam culturas performativas presentes na sociedade de consumo, visibilizadas, no mais das vezes, através do corpo (tatuagem, piercing). Tais culturas emergem em função de os jovens nem sempre se enquadrarem nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe (Pais, 2006). Como indica Sarlo : “A juventude não é uma idade, e sim uma estética da vida cotidiana.”(Sarlo, 2013, p. 49).

6.2.1 NA VILA DIQUE

6.2.1.1 VIVER

Na segunda roda perguntamos como era a vida na Vila Dique. Uma menina tomou a palavra. Sua fala estava cheia de empolgação e saudades, o que parece ter despertado tais sentimentos nos outros participantes também, que riram, concordando com seu relato. Dizia ela: Bah, era muito tri. Dia de chuva tu via aquele barral enorme. Dia de sol tu via a churrascada, a criançada tudo brincando, jogando bola. Às vezes tinha uns quebra paus também, faca rolando pra cá e pra lá. Carro, carroça, moto, caminhão... Era bem movimentado dia de sol por lá. Era carroça, era criança pendurada, era gritado, era legal. Aqui [Porto Novo] não, aqui não tem carroça, passa só carro estranho, tem criança na rua de vez em quando. Dia de chuva parece um cemitério aqui, quieto. Acho que até os grilos às vezes fazem mais festa que nós.

Lá parece que era uma comunidade mais unida, sabe? Era a mesma coisa que lá tinha uns que botavam fogo no meio da rua pra ter luz, e daí todo mundo ajudava.

(primeira Roda de Conversa, 2013)

Este senso de coletividade, de viver em uma comunidade, que nos parece estar expresso nos fragmentos anteriores, foi descrito em diferentes momentos e nos pareceu algo importante para os jovens, um aspecto marcante da vida vivida na Vila Dique. Alguns, no entanto, não pareciam se sentir tão confortáveis na coletividade, buscando um espaço mais próprio. Mesmo estes apontaram a alegria como marca do território Dique. A articulação comunitária no enfrentamento de situações que afetavam a todos (como descreveremos no eixo Resistir) pode ser compreendida como outra expressão desta vida comunitária. Cabe destacar que este senso de coletividade não anula os conflitos, não indica consenso, como aparece na fala da jovem. Porém, parece dizer de um jeito de lidar com as diferenças sem prescindir da vida comum.

Outra expressão desta vida em comunidade, que também apareceu nas narrativas – especialmente na caminhada de divulgação do Projeto Memórias – são as atividades culturais criadas pelos próprios jovens e outros atores da comunidade (lideranças reconhecidas por toda a comunidade ou pelos vizinhos do entorno). Encontramos dois grupos de dança, uma banda de pagode, outra de música tradicionalista, atividades esportivas. Estas atividades aconteciam nos pátios das casas e nos espaços compartilhados (rua, campo de futebol, festas de finais de semana). Todos os jovens que encontramos que participavam destas atividades destacam que na Vila Dique havia espaço para realizá-las e que no Porto Novo não, em função da disposição das moradias. Os grupos que protagonizavam tais ações eram reconhecidos pelos moradores, contribuíam com o “espírito” da comunidade, eram parte da geografia, da paisagem cultural daquela população.

Dois jovens que estiveram em momentos diferentes do Projeto contam que foram oficinairos de atividades culturais, uma realizada dentro do território (grupo de dança infantil) e outro na escola local (capoeira). Contam que se sentiam bem cuidando e educando outras crianças e jovens que também pertenciam à comunidade. Aquele que realizava atividade de oficina na escola trouxe muito fortemente a ideia de que tal ação contribuíam para que os jovens trilhassem um caminho diferente do crime e do uso abusivo de substâncias. Era uma ação que,

além de transmitir conhecimento, propiciava o diálogo, o conselho. Quando teve fim, segundo o jovem, houve vários amigos e educandos que se “perderam”. Conta que insistiu para que a atividade não terminasse, mas um professor discordava. Acredita que tenha prevalecido o pensamento deste professor. Este relato, dentre outros parecidos, faz pensar o quanto os projetos sociais se fazem pelas pessoas, pela sua disponibilidade em escutar e se aproximar dos jovens, apostando em suas trajetórias; do contrário, tornam-se vazios.

Outro benefício da vida em comunidade era conhecer os vizinhos, ter vários amigos de longos anos, o que se fragilizou a partir da remoção em função das mudanças nas relações de vizinhança e na disposição das casas, a partir do projeto urbanístico do Porto Novo. Se antes era uma grande reta, em que “todos conseguiam se enxergar” (relato de uma jovem na segunda roda), hoje vivem em quadras. Por outro lado, justamente por se tratar de uma reta, não havia muito encontro entre os moradores da avenida (parte de cima do dique), dos becos e da estrada de chão (parte de baixo do dique), apenas quando havia mudança do local de moradia, troca de casas (o que era comum) e, no caso dos jovens, nas escolas. No Porto Novo foi possível aos jovens conhecer outros moradores, o que ampliou seu círculo de amizades – contam disso com muita satisfação. O território em que se vive (bairro, vila) é o lugar de passagem por um outro que não é anônimo nem necessariamente íntimo, é vizinho. Desde a infância, experimentar o lugar em que se vive, conviver com os vizinhos, pisar o chão, são práticas que possibilitam o reconhecimento do espaço como social, é a “configuração primeira de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública” (Mayol, 2012, p. 44).

Outra questão que aparece nas narrativas dos jovens é a percepção sobre a violência que acontecia no território Dique. A partir do relato de um jovem, observamos que a Dique é vista como um lugar de lazer, mas também de “bagunça”, o que remete aos conflitos envolvendo moradores da Vila Dique e pessoas de outras regiões da cidade. A eterna “guerra” com a Vila Nazaré trazia cenas duras, envolvendo tiroteios e mortes. Há até um recado em um dos muros da Infraero localizados na Vila (escrito, portanto, após o início da remoção), alertando para que os moradores não saíssem de suas casas em dias de tiroteio. Segundo um dos jovens, no centro da cidade os moradores da Vila Dique eram conhecidos pelas brigas em que se envolviam nas festas/bares/sons. Por esse motivo, ser morador da Dique “protegia” alguns jovens em seus percursos já que, dada a “fama”, era mais difícil que “mexessem” com eles (segundo relato de

jovens no contexto de realização de perfil da comunidade, atividade da Residência Integrada em Saúde, em 2009).

Os jovens se dizem “diquelinos” e imprimem uma marca (VDK) nos espaços em que circulam: paredes da escola, muros, até mesmo na porta do banheiro de casa. Esta marca, que inicialmente representava determinado grupo dentro da comunidade (como descreveremos na seção Resistir), passou a ser ícone de boa parte dos jovens, um jeito de se representarem, de dizerem de onde vêm, quem são. Diante disso, com a mudança de território, ainda está em construção outro jeito de se representar. Em uníssono recusam o novo nome da comunidade (em todos os espaços em que os encontramos) e se dizem moradores da Dique, ainda que atualmente habitem o Porto Novo.

Escutar as narrativas sobre a vida que acontecia no território Dique evoca memórias de outros tempos: dos muitos encontros que aconteciam nos becos; do equilibrar-se entre o feixe de terra e grama e o asfalto para desviar dos carros; do grupo com as crianças no “fim da linha” em que não paravam ônibus; dos relatos que se transformavam em cenas imaginadas – “em cima do dique”... “lá embaixo”. A lembrança que ficou é de um lugar pulsante, povoado de acontecimentos e encontros cotidianos. De Certeau traz uma reflexão sobre a cidade que se encontra com esta imagem:

A cidade é, no sentido forte, “poetizada” pelo sujeito: este a refabricou para seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; ele impõe à ordem externa da cidade sua lei de consumo do espaço. O bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo de privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relação com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas *o lugar de um reconhecimento*. (De Certeau, 2012, p. 45)

6.2.1.2 HABITAR

Foi triste. Eu nasci lá e saí de lá com 21 anos. Passei 21 anos da minha vida lá. Então a infância, a adolescência, foi tudo lá. Eu não tenho essa memória de adolescência aqui no Porto

Novo, então lá tá toda minha história. As minhas amigas moravam lá perto da Sertório, eu morava perto da ponte, era trânsito de ir e voltar, era divertido. E uma coisa que eu sinto muita falta é que, como na Dique era uma rua reta, quando tu atravessava a vila, tu enxergava todo mundo. Aqui não, tem que ficar fazendo zigue-zague. Lá pelo menos todo mundo se dava oi, os vizinhos, tu te acostuma a vida inteira com os vizinhos. Aqui não, aqui eles meio que sortearam os vizinhos. Tu vai pra lá, tu vai pra cá. Tem todas essas mudanças, então isso que eu achei pior da mudança das vizinhanças, que mudou bastante, veio gente de outras vilas, que nunca se conheceu. A gente já tinha uma vivência de muitos anos na Dique que aqui foi completamente diferente. Aqui tu conhece as pessoas mas não é mais a mesma vivência da vizinhança ao redor que tu tinha.

(segunda Roda de conversa com os jovens, resposta à pergunta “Como foi sair da Vila, pra ti?”).

Pela disposição geográfica da Vila Dique, os terrenos ficavam lado a lado, com uma ou mais casas no mesmo pátio. Via de regra os integrantes de família extensa habitavam o mesmo pátio, e cada casa abrigava um ou mais núcleos familiares, desenho bastante comum nas vilas de Porto Alegre. Havia a parte de cima do dique (avenida Dique) e a parte de baixo (estrada de chão), em uma reta de 4,5 km de extensão que se estendia de 100 metros de distância da avenida Sertório até a Freeway. Da avenida Dique saíam cinco vias, chamadas de becos, áreas aterradas pelos moradores quando o dique perdeu sua função (já que o aeroporto não necessitava mais desta tecnologia para evitar alagamentos). Os becos eram: Beco da Fiat, Beco do Fotógrafo, Beco do Valo – ou do Vavá – localizados ao lado direito, entre a avenida e uma fazenda²¹ localizada ao lado da área; e o Beco da Varig e Beco da Antiga Creche, localizados do lado esquerdo, entre a avenida e o muro do aeroporto. A estrada de chão abrigava terrenos bastante arborizados, em que alguns moradores criavam animais (para comercialização), assemelhando-se a pequenos sítios, o que nos faz pensar em um espaço urbano-rural, onde era possível manter alguns costumes e práticas da vida no campo, lugar de origem de muitas famílias que migraram para a capital gaúcha. O tamanho dos terrenos e das casas variava de acordo com a condição socioeconômica dos moradores, que não era a mesma para todos. De maneira geral, na avenida

²¹ A fazenda Tubiano é uma área privada que se localiza entre a Vila Dique e a Vila Nazaré.

Dique e na estrada de chão ficavam as casas com espaços maiores, muitas de alvenaria. Na estrada de chão havia terrenos grandes. Nos becos, as construções eram mais simples e predominavam casas de madeira. A convivência no espaço da rua era maior nos becos e na estrada de chão, já que na avenida havia fluxo intenso de veículos.

Na avenida e na estrada de chão localizavam-se os comércios, que eram de propriedade dos próprios moradores e abasteciam a economia local (também se usava uma farmácia localizada próximo à comunidade e o hipermercado Big Shop, na avenida Sertório). Havia galpões de reciclagem (dois de propriedade de moradores e um de uma cooperativa local), igrejas evangélicas, uma capela e alguns equipamentos da própria comunidade, administrados pelo Clube de Mães: a creche Galpãozinho, a Padaria Chico Pão – que promovia atividades para jovens entre 14 e 18 anos, com recurso da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – e o próprio Clube de Mães, que promovia atividades de artesanato para mulheres da comunidade. As associações de moradores não tinham sedes fixas, variando de acordo com a moradia de seus presidentes.

A Vila Dique tinha como seus limites a avenida Sertório, a Freeway, o aeroporto, a avenida das Indústrias e a fazenda. Em função disso, havia uma delimitação precisa do território, o que trazia alguns ganhos para seus moradores. Os jovens referem que podiam circular livremente dentro do território para encontrar os amigos, conversar e, também no bairro, especialmente frequentar as escolas da região e o centro comunitário (que atualmente abriga o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ampliado Noroeste e o Centro Comunitário Vila Floresta - CECOFLOR, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes). Esta circulação se dava a pé e de ônibus. Contam que isso resultava em um sentimento de liberdade.

Na avenida Dique não era comum que as crianças e jovens ficassem no espaço da rua, pela falta de calçamento e porque o fluxo de veículos era constante. Nos becos a vivência era essencialmente no espaço da rua. A rua/beco era espaço de convivência, de brincar, correr, andar de bicicleta, era onde a vida acontecia. Na estrada de chão havia situações diversas: alguns jovens tinham o costume de ficar mais no espaço da rua, outros nos pátios de casa (pátios grandes, em sua maioria).

Em diversos momentos (roda de conversa, oficina de cinema) escutamos narrativas que valorizavam o contato com a natureza na Vila Dique. Lembranças das árvores frutíferas no pátio de casa, do espaço que tinham em seus pátios verdes. Também dos animais: cavalos, porcos, galinhas, cachorros, gatos. Para o Porto Novo, foram levados apenas os animais de estimação. Houve a tentativa de alguns moradores de levar sua criação de animais para o novo território, porém foi difícil mantê-los no espaço disponível. Também parece não ter sido permitido pelo DEMHAB.

Algumas condições socioambientais da Vila Dique são descritas como negativas, como na fala “era muito barral aquela vila”. Porém, o modo como se lidava com tais situações parecia ser no sentido de tornar mais leve o cotidiano pesado de adversidades. O mesmo barro, em outro momento da roda de conversa, aparece como um fator a mais na paisagem, até com um caráter lúdico. Situações mais extremas relacionadas a tais condições eram alvo de mutirões, de articulação com os setores públicos²² e de barricadas, fechamentos da avenida, para que houvesse mais visibilidade para as situações sofridas. Os jovens falam sobre isso com orgulho, é algo com o que se identificam, com esse modo de ser articulado e de enfrentamento coletivo das adversidades.

6.2.1.3. RESISTIR

Quantos guris nossos já morreram no Porto Novo! Na Dique, tava sem dinheiro tu podia pegar a carroça, umas caixas e vender na CEASA²³. Ou catar papel, latinha. Lá não (Porto Novo). Não pode nem entrar carroça lá. O que os guris vão fazer pra conseguir dinheiro?

(Fala de um morador da Vila Dique, líder comunitário, em evento promovido pelo SAJU sobre Memória e Cidade, 2014).

²² Muitas vezes os moradores procuravam os agentes comunitários de saúde para que avisassem o setor de zoonoses de que havia cavalos mortos na estrada de chão.

²³ Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A. Centraliza o abastecimento de hortigranjeiros do Rio Grande do Sul, conforme descrito no site www.ceasars.com.br

Eu acho que tem que mostrar não só um lado. Eu acho tanto um como o outro porque ali não moram só as pessoas que roubam, estão sempre em violência, que assaltam, que fazem alguma coisa assim. Tem aquelas pessoas que trabalham, que lutam pra ter as suas coisas. Então, tem que mostrar um pouco de cada, pra todo mundo ter a noção de como é a vida de cada um.

(narrativa de jovem em entrevista para realização de filme sobre o Projeto Memórias da Vila Dique, 2013, em resposta à pergunta sobre o que gostaria de mostrar no videodocumentário sobre as experiências dos jovens na Vila Dique e Porto Novo).

O Migrantes (escola local) oferecia muita coisa. Vários cursos, várias oficinas. Aí a gente podia fazer tudo no tempo livre. Estudava de tarde, fazia algo de manhã. Era bem melhor, tinha muita coisa lá, como tinha a rádio da escola, que às vezes a gente botava uma música lá no recreio e tal. Tinha até um professor que chegou a inventar a TV. Uma TV foi feita lá na escola, em uma salinha para a gente ficar lá gravando. Foi muito diferente, a gente tinha várias oportunidades no Migrantes (...) Tinha vários professores que tu perguntava e eles te ajudavam.

(segunda Roda de conversa com os jovens, 2013)

A Vila Dique localiza-se em ponto estratégico para a subsistência: na entrada da cidade de Porto Alegre, propiciando fácil acesso àqueles que vêm de outras localidades. Próximo à avenida das Indústrias e à CEASA, o que facilita o acesso ao trabalho formal e ao informal, bem como aos resíduos recicláveis e aos alimentos, o que era importante para as pessoas que viviam em condições de miserabilidade ou que passavam períodos em tal situação (como no relato que abre essa seção). Próximo, também, aos Hospitais Conceição e Cristo Redentor, principais equipamentos de saúde da zona norte da cidade. Além disso, como já descrito, a disposição geográfica da vila e o espaço permitia que se mantivessem ali algumas características do “morar no campo”. A escolha desse lugar, portanto, não foi aleatória. Traz em si uma estratégia: seja de sobrevivência ou de melhoria da condição econômica. Entendemos essas estratégias como estratégias de resistência, considerando que resistir passa por dar corpo à experimentação dos

arranjos e composições, bem como inventar modos de vida no cotidiano da experiência urbana (Mizoguchi, 2007). Resistência porque, via de regra, as pessoas que habitam/habitavam a Dique vinham de condições socioeconômicas desfavoráveis, pertencendo a classes populares (mesmo havendo diferenças importantes entre os níveis econômicos da população, inclusive reproduzindo no espaço relações de poder entre os moradores).

Era bastante comum que os jovens ingressassem muito cedo nas táticas e estratégias de resistência realizadas pelos moradores, especialmente pela via do trabalho informal, da coleta e separação de resíduos para reciclagem. Até mesmo quando crianças, especialmente acompanhando os pais em seu trabalho. Alguns jovens aderiam ao narcotráfico, o que lhes trazia um aumento de renda imediato. Por haver poucos grupos com essa atividade econômica, não era muito frequente a violência urbana dentro da Vila – esta acontecia mais entre a comunidade e a Vila Nazaré e em conflitos com a polícia. Segundo Magalhães (2000), é bastante comum que os grupos organizados em torno de atividades ilegais – que necessitam criar fortalezas para fazer frente a outros grupos e ao Estado – se consolidem em espaços em que o poder público não se faz presente e em que os moradores têm violados seus direitos básicos. Formam-se poderes paralelos que, em alguns momentos, prestam assistência e protegem a comunidade, em troca de uma lealdade que se manifesta no silêncio sobre suas ações. Na fala de uma das jovens participantes, em entrevista realizada no âmbito do Projeto, notamos certa condescendência com tais práticas, entendendo que seus atos se justificariam pela necessidade econômica ou por problemas que as pessoas envolvidas portem. Diz ela:

“Não existe um lugar que não tenha aquela violência ou aquela coisa. Eu acho que, com tantas diferenças, tem um pouco de igualdade nisso. Até porque todo mundo mora naquele lugar. Se ele faz aquilo, é porque ele precisa ou porque ele tem algum problema ou sei lá. E tem pessoas que lutam porque são pessoas na mesma... que moram todo mundo ali” (entrevista realizada para o filme *Dique de Memórias*, realizado por Jaime Lerner em parceria com o Projeto Memórias da Vila Dique).

Pensamos que esse olhar, que não é incomum entre os moradores, seja expressão do senso de comunidade mencionado anteriormente e de certa ilusão identitária de que todos ali passassem pela mesma vivência na medida em que o que os leva a viver naquele lugar é a necessidade. Ainda, pode indicar um reconhecimento de classe, em oposição a outras classes mais abastadas, e

nesse ponto expressa resistência. Porém, sem refletir sobre a manutenção da condição de apartamento pela via do crime/violência.

Na Vila Dique, a marca VDK, que faz alusão a “Vila Dick” e “Vida Loka”, está associada a grupos que praticam atividades ilegais, ou aos “bondes”. Não sabemos de fato sua origem, mas observamos que é assumida como ícone por diversos grupos juvenis da comunidade, a maior parte deles não tendo envolvimento direto com as práticas desses coletivos. VDK é marca de resistência e de pertencimento. Como já dito, está inscrita na Vila Dique e no Porto Novo, também nas escolas, Unidade de Saúde, casas. É um jeito de se apresentar, é a marca do “diquelino”.

Também teve bastante importância a organização de algumas mulheres, na década de 80, apoiadas especialmente por um grupo de colaboradores da Igreja Cristo Redentor, liderados por uma religiosa. Em determinado momento também contou com recursos de organismo internacional para a construção de um dos espaços. Tal organização resultou na criação do Clube de Mães e, a partir daí, do Galpão de Reciclagem comunitário, da Escola Infantil Galpãozinho, da Padaria Chico Pão (que atende jovens entre 14 e 18 anos) e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Migrantes, que atende somente moradores da Vila Dique. Esta escola é indicada pelos jovens como espaço importante em sua trajetória e na superação de dificuldades. A escola apoiou os jovens e a comunidade em diversos momentos. Destaca-se o Projeto Protagonismo e as atividades da escola aberta (oficinas). O participante do Projeto Memórias que foi oficineiro da escola aberta acredita que, a partir dessa experiência, pôde ajudar outros jovens a encontrar alternativas de vida para além das drogas e do tráfico, como já mencionado. Percebemos que o que dava sustentação a estas práticas emancipatórias, desde o ponto de vista dos jovens, era o interesse e o envolvimento de alguns professores – mais que a política da escola – e as relações estabelecidas entre eles e os jovens.

O contato com outros atores sociais também era frequente, como com os funcionários da Unidade de Saúde (especialmente agentes comunitários de saúde, e também assistente social) e, em alguns casos, com políticos mais próximos da comunidade, o que nem sempre trazia os resultados esperados, já que, por vezes, os moradores se sentiram manipulados (segundo fala de morador sobre o processo de remoção).

Entendemos o envolvimento dos jovens com projetos sociais, sejam promovidos dentro da comunidade ou pelos serviços do bairro, uma vez que tais projetos são vistos e nomeados por esses jovens como *oportunidades*. Das ações promovidas por lideranças comunitárias, foram citados o projeto Raio de Luz, que oferecia atividades para crianças, jovens e mulheres, e também a escolinha de futebol realizada por um morador (esta atividade teve seguimento no Porto Novo). Quanto aos projetos sociais, referiram aqueles realizados pelo Clube de Mães (Padaria Chico Pão) – que é um grupo composto por moradoras da comunidade –, pela capela (vinculada à Igreja Cristo Redentor) e atividades promovidas pelo poder público, através dos setores educação, assistência social e esportes: projetos da escola Migrantes e do CECOFLOR/CRAS Noroeste.

Outro aspecto que denota resistência são as articulações entre os moradores para o enfrentamento de situações cotidianas. Falta de luz, buracos na via de acesso, falta de água, violência policial eram motivos de fechamento de avenida e barricadas (queima de pneus interditando a via). Esta articulação em muito era possível pelas relações de vizinhança estabelecidas e também, podemos pensar, pela liderança que alguns moradores foram assumindo. À medida que se modificam as relações de vizinhança no Porto Novo, desarticulam-se táticas coletivas como estas. Segundo a fala de uma jovem, havia “*união pra fazer as coisas*”. A união e a solidariedade eram aspectos positivos reconhecidos pelos jovens.

As táticas, os códigos sociais estabelecidos, podem resolver problemas concretos, mas não o problema mais amplo da miséria (Fonseca, 2000). Configuram um sistema frágil, em constante mutação, já que dependente dos interesses postos em jogo e da solidariedade. Percebemos que a falta de articulação dos moradores para o controle social, para o conhecimento de seus direitos e sua defesa, teve como efeitos a pouca apropriação sobre o processo de remoção. No encontro entre as pessoas e o poder público, pôde-se notar de que lado a rede de relações de poder “puxou a corda”.

6.2.2 DE UM LUGAR A OUTRO: A REMOÇÃO

A remoção foi tema pouco falado nas rodas e na oficina de cinema, tendo sido abordado indiretamente, através de seus efeitos. O que pareceu consenso foi que o momento da mudança foi ruim. O processo da remoção limitou algumas ações que eram realizadas pelos serviços da rede para a comunidade. De 2010 a 2012, período em que ocorreram as remoções, com uma periodicidade bimensal, por lotes, a Unidade de Saúde cobriu os dois territórios, o que dificultou a realização de atividades de educação em saúde (grupos) da mesma forma que antes. Também os espaços religiosos não ofereceram algumas atividades, como a preparação para a crisma (referido por algumas participantes das rodas), em decorrência de sua demolição e transferência para outro local (que não estava definido a priori). Com a reorganização destes serviços, no Porto Novo houve oferta maior de ações, incluindo o público jovem. Já na Vila Dique, a escola passou a funcionar em turno integral para todos os alunos (grupo que foi sendo reduzido à medida que a remoção foi acontecendo).

O roteiro construído nas oficinas de cinema indica o desejo dos jovens que estão no Porto Novo de saber como ficou o lugar em que viviam e como é viver nesse lugar atualmente. Em alguns momentos da oficina foram trazidas lembranças da Dique, em especial do espaço da casa, do pátio. Um lugar que hoje não é o mesmo, mas que sempre esteve em transformação. Imaginam que os amigos que moram na Dique também tenham vontade de conhecer e saber da experiência de viver no Porto Novo. Quando acompanhamos as filmagens na escola Ernesto Tochetto, conhecemos crianças e jovens que ainda residem na Vila Dique. Alguns já conhecem o novo território, e outros, não. Aqueles que não conhecem têm as mesmas dúvidas que os outros tinham antes de se mudar, mas agora a partir de relatos de pessoas que vivenciam o lugar (“ouvi dizer que...”).

Estão em construção as casas que abrigariam a população ainda remanescente na Dique, agora com recurso do Programa Minha Casa, Minha Vida. Porém, há dúvidas quanto a quem será removido, já que o cadastro está defasado (foi feito em 2005 e atualizado nas primeiras etapas da remoção) e também porque muitos moradores da estrada de chão estão fazendo um movimento de permanência naquele local. A Escola Migrantes continuará lá enquanto houver crianças

morando no território, segundo relato escutado em reunião com a Secretaria Municipal de Educação. A escola que está sendo construída no Porto Novo terá outro nome e outros professores (diferente do que havia sido acordado no início da remoção) – não sabemos se há vontade de permanência no grupo de docentes ou se é algo decidido verticalmente. Durante o processo, os moradores têm sido acompanhados em algumas demandas pelo SAJU/UFRGS e têm articulado audiências públicas para esclarecimento de questões ligadas à remoção.

6.2.3 NO PORTO NOVO

6.2.3.1 VIVER

Morar no Porto Novo não é pior nem melhor. É diferente.

(fala de vários participantes na segunda Roda de conversa com os jovens, 2013).

Aqui eu faço as mesmas coisas que eu fazia lá: jogar bola na rua, bagunçar, o que eu fazia lá eu faço aqui. Só que daí eu faço com as outras amizades que eu arrumei agora. São outros amigos, não são os mesmos.

(primeira Roda de Conversa, 2013).

Viver no Porto Novo ainda parece uma descoberta. Percebemos que, assim como os moradores mais velhos, os jovens também sentem de jeitos diferentes essa mudança. De maneira geral, os mais novos (entre 13 e 15 anos de idade) identificam mais aspectos positivos do que os mais velhos (mais de 18 anos). A possibilidade de ampliar a rede de amigos e a inserção em novas atividades são os principais aspectos indicados por eles. Conhecer pessoas que não conheciam na Vila Dique é resultado principalmente da inserção em atividades promovidas pelas instituições presentes no território, mas também da mudança de vizinhos decorrente da remoção e da mudança de escola (que alguns vivenciaram). As atividades são promovidas pela Unidade de

Saúde (Grupo Adolescer) e pelo Clube de Mães (Padaria Chico Pão). A primeira foi implementada no Porto Novo. Até então, a Unidade de Saúde não realizava ação voltada para essa população. O acesso dos jovens à US se dava principalmente pela via da Enfermagem (curativos, procedimentos), do acompanhamento pré-natal de meninas gestantes e por demandas de familiares e/ou encaminhamento de outras instituições para a Psicologia e Serviço Social (o que, por vezes, chega através dos agentes comunitários de saúde). Já a atividade da padaria acontecia na Vila Dique, tendo sido transferida para o Porto Novo durante o processo de remoção dos moradores. Quando residiam na Dique muitos dos jovens participantes do Memórias tinham idade inferior ao público alvo deste projeto socioeducativo – acreditamos que por isso o associem ao Porto Novo e não à Vila Dique.

A circulação pelas ruas do novo território, em especial “andar de bicicleta”, foi apontado como um ganho para aqueles que residiam na avenida Dique. Por outro lado, alguns jovens referem que circulam menos pelo Porto Novo comparado à Vila Dique, em função da insegurança que sentem nesse novo lugar. Aqueles que residiam nos becos e que estavam habituados a ficar no espaço compartilhado da rua falam do trânsito de carros no novo território como um limitador de estar neste espaço (vivência oposta à daqueles que residiam na avenida Dique). Outro fator de insegurança é a violência urbana: ocorrência de tiroteios em diferentes momentos do dia, sem que se saiba quando. Na Dique também aconteciam cenas de violência, porém muitas vezes os moradores eram avisados sobre momentos mais críticos, o que parece que gerava sentimento de maior segurança. A violência urbana no Porto Novo faz com que as famílias prefiram que os jovens fiquem dentro da casa e pátio. Há também receio quanto ao envolvimento com grupos que usam e comercializam drogas “nas esquinas”, o que aparece nas falas de jovens mais novos, seja como uma preocupação sua ou de seus pais (trazida em suas falas).

Aqueles que tiveram a vivência de ser jovens na Vila Dique (com idade superior a 18 anos ao participarem das rodas de conversa) expressam em suas falas perdas de vínculos que tinham no antigo território. Manifestam, portanto, sentimentos de perda, mas, por outro lado, identificam algumas dificuldades relacionadas ao morar na Dique que os mais novos parecem não ter vivenciado, relacionadas à violência que por vezes ocorria lá e às condições sanitárias precárias.

6.2.3.2 HABITAR

Habitar no Porto Novo trouxe melhorias, por um lado, e dificuldades, por outro. A proximidade do posto de saúde, a possibilidade de fazer atividades no espaço da rua, são apontadas como positivas por parte do grupo. Também a proximidade do sambódromo é tida como algo bom. As dificuldades relacionam-se à falta de praça em local adequado, já que a praça prevista no projeto urbanístico está localizada entre avenidas e distante dos domicílios, o que não a torna funcional. Ainda, o risco de atropelamento nas avenidas principais, que não têm quebra-molas, bem como a falta de arborização. Outro problema apontado diz respeito ao tamanho das casas, que, para os jovens com quem conversamos, era menor do que imaginavam, menor do que os domicílios em que viviam. Além disso, mais de uma casa têm o mesmo número, com letras diferentes (A a D), o que dificulta a localização. Uma menina referiu que tentaram entrar em sua casa por engano. Houve também um episódio de invasão de uma residência e homicídio de pessoas que não seriam alvo do crime. As cores das casas também eram padronizadas em três ou quatro tons.

Jacques (2011), em *Estética da Ginga*, ao tematizar a Arquitetura a partir das favelas cariocas e da obra de Helio Oiticica, propõe três imagens: o fragmento, o labirinto e o rizoma. O fragmento corresponde à construção artesanal das moradias (com restos de madeiras, latas, papelão). O labirinto exprime a disposição das ruas, becos, vielas. O rizoma diz da expansão das favelas no espaço da cidade. Fazendo um paralelo com a Vila Dique – apesar das diferenças significativas em relação às favelas cariocas –, podemos pensar no labirinto como imagem em contraposição à planificação contida no projeto urbanístico do Porto Novo. Para Jacques, a arquitetura e o urbanismo são antilabirínticos, buscam driblar todo indício de desordem e caos espacial. Inventaram a linha reta, o ângulo reto, o projeto. O urbanismo surge, justamente, para combater o labirinto característico das cidades medievais. É ferramenta da modernidade, propõe cidades racionalmente planejadas. Para a autora, “é impossível ter-se qualquer previsão (projeto) da experiência sensorial e subjetiva do espaço” (ibid., p. 101). A territorialização acontece imprimindo marcas no espaço, marcas que são assinaturas, modos de expressão (Deleuze e Guattari, apud Jacques).

Outros pontos apareceram nas narrativas. Alguns dos jovens com quem conversamos durante a caminhada de divulgação do Projeto referiram que hoje têm menos atividades de lazer e cultura comparativamente aos tempos de Vila Dique. Estes jovens, em sua maioria, pertencem aos primeiros grupos que foram reassentados, em 2010 e início de 2011. Antes estavam envolvidos em atividades esportivas, de música, dança, que aconteciam na própria comunidade, algumas nos espaços das casas (ensaio da banda, ensaio do grupo de dança), outras no CECOFLOR. Dizem da dificuldade de manter tais atividades pela falta de espaço: “Uma casa é colada na outra”. Uma menina referiu que hoje fica só em casa e na escola. Outro contou que tem ido à *lan house* (um lazer bastante urbano). Outros dois atualmente trabalham, têm idade entre 18 e 22 anos. Já nas rodas de conversa os participantes trouxeram outra vivência. Estão envolvidos em atividades atualmente. Destacam aquelas proporcionadas pela Unidade de Saúde, o Clube de Mães e a Igreja Católica (preparação para a crisma). O próprio Projeto Memórias é mais uma atividade. Pensamos que essas diferenças dizem dos locais de moradia, da idade, das redes que foram se fazendo para esses jovens. Os jovens que mudaram de escola destacaram como positiva a possibilidade de fazer novas amizades e, como negativa, a falta de infraestrutura adequada em algumas escolas da região, que atendem um grupo muito grande de alunos e, por vezes, não têm quadra de esportes e outros recursos. Os primeiros que se mudaram sentiram certo preconceito nas escolas novas; os que vieram mais recentemente não. Também foi referida nas rodas a falta de oferta de ensino médio na região.

A violência urbana no conjunto habitacional e no entorno foi descrita como um problema que os afeta, pelos homicídios ocorridos no território e porque isso limita sua circulação, já que não tem hora para acontecerem cenas de violência. É atribuída à existência de diferentes comunidades (vilas) que, por vezes, rivalizam. Em 2013, cerca de 10 jovens moradores do Porto Novo foram mortos, a maioria envolvidos em conflitos. Articulações intersetoriais têm sido feitas, especialmente entre segurança urbana, educação, assistência social e saúde (tentativa de constituição do projeto Territórios da Paz no bairro Rubem Berta), porém a participação da equipe de saúde da US Santíssima Trindade ainda tem sido pequena nestes espaços. Por outro lado, é referido por uma participante que, no Porto Novo, o convívio com os traficantes (“ficar cara a cara com eles”) não é frequente, o que considera melhor.

Em relação à cidade, é referida a distância do centro e dos lugares que eles costumavam frequentar (piscina do CECOFLOR) – dizem que “*o Porto Novo é longe de tudo*”. Porém, alguns jovens afirmam ter ampliado suas saídas pela cidade após a mudança, o que supomos estar mais relacionado à idade (e à permissão dos familiares de que saiam) do que à localização do novo território. Alguns jovens que continuaram estudando na escola anterior precisam se deslocar de ônibus, trajeto que acompanhamos nas primeiras filmagens. Percebemos que muitos ainda têm como referência os equipamentos sociais que utilizavam (CECOFLOR, escola Ernesto Tochetto), o que pode ser do processo de se habituar a um novo lugar, mas, também, pode ser visto como uma tática tomada diante da dificuldade de inserção plena no novo bairro (por falta de vaga na escola da região, por dificuldade de acesso às políticas de assistência social e de esportes).

6.2.3.3. RESISTIR

“O importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora.”

Mia Couto

Nas narrativas aparecem movimentos dos moradores que também observamos ao caminhar pelo território. As casas, que antes tinham cores padronizadas, rapidamente foram modificadas. Primeiro vieram as variações de cores, depois a modificação das casas com a colocação de azulejos e mosaicos. Ainda, foram plantadas árvores, flores e colocados vasos nos pátios das casas. E, fundamentalmente, foram levantados muros laterais e colocadas grades. A apropriação do espaço, a territorialização aí se apresenta.

“*Lá (Vila Dique) às vezes nem era muro, era cerca. Os vizinhos se falavam por cerca*”.

Esta fala aparece em uma discussão, na roda de conversa, sobre o quanto a delimitação do espaço, a contiguidade das casas e a mudança de vizinhos enfraqueceram as relações de solidariedade e de enfrentamento coletivo de situações, na opinião dos jovens moradores. Eles identificam que, no Porto Novo, os problemas tornaram-se mais individuais (o quanto o muro

está mais para um lado ou para outro lado) e as soluções também. As fronteiras entre público e privado se moveram. Por outro lado, os moradores ainda se organizam para realizar ações que beneficiam a comunidade como um todo, a partir de problemas concretos. Diante da dificuldade em se apropriar da praça do conjunto habitacional, pela distância e insegurança devidas a sua localização, alguns moradores criaram um campo de futebol no canteiro central de uma das avenidas, em um local que estava sendo usado para acondicionar lixo. Também foi possível, a partir do Projeto Memórias, a aproximação do SAJU no acompanhamento e encaminhamento de algumas demandas dos moradores junto ao Ministério Público, especialmente relacionadas ao contrato e pagamento de taxa de contribuição social (pagamento mensal da casa), que foi possível reverter, e também à entrega de correspondência nos domicílios, causa que também foi ganha. Atualmente há um grupo de moradores do Porto Novo e da Vila Dique em contato com o SAJU.

Outra questão que aparece nas falas é a proteção dos familiares em relação aos jovens diante de um cenário de risco para a violência urbana. Se, por um lado, isso traz uma limitação para a liberdade de circulação (comparado à Vila Dique), por outro, fica claro o cuidado que está contido nesta restrição de alguns dos jovens ao espaço da casa em alguns momentos do dia.

Alguns desejos aparecem para a vida neste novo lugar: desejo de ter uma praça e mais atividades para jovens no território, também mais segurança e iluminação; ônibus que passe na Vila Dique (ainda há amigos e familiares morando lá, a maioria ainda se frequenta), turno integral nas escolas (como foi a experiência de alguns dos jovens na escola municipal que atende à Vila Dique). Percebemos que, dentre estes desejos, alguns significam a permanência de conquistas de cidadania que foram possíveis na Vila Dique. É o passado mobilizando o presente.

7. MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NARRATIVAS

No final da primeira Roda, quando conversávamos sobre como se referem ao novo lugar, o grupo foi chegando a um consenso de que seria Dique, e uma das meninas concluiu “vai sempre ser Dique”, o que provocou risos em todos. Em seguida, outra participante falou: “aqui é Porto Novo na real, mas tem pessoas que não se acostumam”.

(primeira roda de conversa com jovens, 2013)

As narrativas contadas aqui traduzem a multiplicidade de experiências dos jovens com seus territórios de moradia. A heterogeneidade da vida na Vila Dique/Porto Novo se expressa nos diferentes pontos de vista sobre espaços e situações que poderiam parecer ter sido vividas de modo semelhantes. A idade, o local de moradia, as redes de sociabilidade constituídas nos territórios são fatores que compõem essa variedade de experiências. Este é o primeiro ponto, então, que gostaríamos de sublinhar: A Vila Dique (e, agora, o Porto Novo) é lugar heterogêneo, escolhido como espaço de moradia por motivos diversos e em que os moradores vivenciam situações variadas. Este e outros agrupamentos populares que se formam nas grandes cidades do Brasil, apesar da heterogeneidade, são vistos pelos demais habitantes das cidades como homogêneos, como se todos que ali residissem compartilhassem da mesma experiência em relação à moradia. No imaginário da cidade, além da homogeneização, a ausência/carência caracterizaria as vilas populares. Esta visão está associada, dentre outros fatores, aos riscos relacionados às condições físico-ambientais que são conhecidos para além das delimitações territoriais, o que gera uma impressão negativa do habitar nesses lugares, implicando na discriminação e desvalorização de seus moradores. Também reflete, de alguma forma, a percepção de que o direito à cidadania não é inerente ao indivíduo, sendo matizado por vários aspectos, incluindo o local de moradia (Souza e Silva, 2011; Kowarick, 2002).

Mesmo com a pluralidade de experiências descritas pelos jovens, parece que eles compartilham de um sentimento identitário. Alguns modos de se relacionar na Vila Dique são pontuados como característicos do lugar, das pessoas que nele habitam, uma “tradição”. Aí aparece a importância conferida pelos jovens ao senso de coletividade, às ações dos moradores pró-comunidade, produzindo sensação de pertencimento e identificação com a “causa” do grupo. Também caracterizam como próprio à Dique a convivência no espaço da rua, que trazia momentos alegres e momentos difíceis, de conflito. As histórias compartilhadas, as memórias dos moradores mais antigos, que vão passando de geração em geração através da oralidade – e hoje ganham materialidade através do Projeto Memórias da Vila Dique – são vetores que legitimam estes sentimentos, contribuindo para reforçar esta (ilusão de) identidade coletiva. Um efeito disso é a sensação de continuidade entre a Vila Dique e o Porto Novo que aparece nas falas dos jovens, em que a Dique ainda é referência (tanto positiva como negativa).

As temáticas narradas com nuances, em que foi menos comum o consenso – apesar das diferentes percepções nem sempre se apresentarem com clareza – foram a precariedade das condições sanitárias da Vila Dique e o lugar das atividades ilegais (especialmente o narcotráfico) na vida comunitária. Estas nuances também apareceram, até de forma mais explícita, em outros momentos do Projeto Memórias, em especial nas rodas de memórias com moradores adultos. Tais aspectos por vezes são apontados como vetores de fortalecimento da comunidade, por vezes de fragilização.

Uma temática em que percebemos diferenças claras é quanto à relação entre espaço público e espaço privado. Acreditamos que os sentimentos estejam muito pautados pela experiência anterior de moradia. Alguns jovens que estavam habituados à convivência no espaço da rua sentem-se reclusos nesta nova organização do espaço. Outros, que sentiam a necessidade de um espaço mais privado, sentem-se contemplados. Já aqueles, moradores da avenida Dique, que não podiam ocupar o espaço público em seu cotidiano, uma vez que este era ocupado essencialmente por veículos, “ganharam” a rua, para andar de bicicleta, jogar bola...

A diversidade das experiências dos jovens tem relação com a própria diversidade social que constitui os lugares. Tornar-se jovem na cidade é um processo que, mesmo tendo como referências as grandes linhas de produção de subjetividade globais (estéticas que se apresentam para os jovens urbanos), ganha contornos específicos a partir das experiências vividas em suas

redes de sociabilidade locais (Neto, 2010). As relações sociais estabelecidas definem o modo como serão apreendidas as leis, valores e normas colocadas no social. Na experiência singular, no cotidiano, agem a criatividade e a pluralidade de táticas (De Certeau, 2013). A marca VDK e o se dizer “diquelino” indicam laços de identificação com o lugar de moradia que funcionam como vetores de existencialização. A resposta dos jovens a tantas mudanças parece ser a manutenção do nome Dique (como aparece na vinheta do início da seção). Referenciá-lo como lugar de moradia, mesmo tendo mudado o nome da comunidade, parece dizer ainda de uma tática de identificação, de pertencimento, que serve de suporte para os territórios existenciais construídos, diante do movimento veloz de desterritorialização que o momento histórico produz.

Um território é construído com fragmentos, partes, por recorte e composição. Quando estes componentes deixam de ser funcionais para serem expressivos, matérias de expressão, quando se tornam marcas, temos aí um território (Deleuze & Guattari, 1997). Os territórios existenciais são assinaturas, modos de se apresentar (mais do que se representar) que se mantêm no tempo. São as marcas produzidas no movimento de tornar-se, na territorialização, que constituem os territórios, os quais não estão dados a priori. A assinatura não indica uma pessoa e sim um domínio, uma morada, uma tomada de lugar. Ao mesmo tempo, os territórios sempre portam coeficientes de desterritorialização, não são estáticos. No processo de reassentamento, os territórios se movem. Mais do que os espaços de moradia, também a subjetividade se transforma, à medida que é indissociável das relações em que está inserida e que produz. A produção de subjetividade ganha novos vetores, mas mantém alguns que já possuía, como podemos ver a partir dos relatos. Para além do processo vivido por estes jovens, se pensarmos na produção de vida e de sujeitos que se dá nos espaços ocupados desta e outras cidades, entendemos que estes vetores de existencialização precisam ser conhecidos e compreendidos pelas pessoas que trabalham junto às populações destes territórios. Quando se desconhece estas realidades e a potência das táticas utilizadas nestes contextos, é comum a tentativa de captura dos jovens por práticas regularizadoras de comportamentos e valores nos espaços instituídos em que circulam – escola, unidade de saúde, assistência social, entre outros – o que dificulta, por vezes, seus processos de singularização para além dos comportamentos “prescritos” (Cordeiro, 2009).

Relacionada a essa mesma temática, também foi possível assinalar, nesse percurso de pesquisa, a percepção de que o território não se faz somente com as pessoas que ali habitam e

com os equipamentos locais. Está intrinsecamente relacionado ao entorno e à cidade. Produz e é produzido pela cidade. Sua localização e manutenção é resultado das interrelações que os moradores vão conseguindo tecer com outros pontos do espaço urbano. Nesse sentido, os serviços públicos que compõem a rede intersetorial têm papel fundamental, constituem pontos de apoio importantes para os jovens e suas famílias. No processo de remoção da Vila Dique, a rede que mais impactou, seja pela ausência ou manutenção de vínculos, foi a que inclui escolas, assistência social, saúde e habitação.

Outra questão que emergiu no processo foi o modo como os jovens nomeiam as atividades propostas a eles pelos serviços – como “oportunidades” –, o que leva a alguns possíveis entendimentos. Pode indicar uma percepção de que, para estarem na condição plena de cidadania, seria preciso um esforço pessoal, “agarrar a oportunidade”, reproduzindo uma visão comum no imaginário social de que as pessoas em situação de pobreza “têm que se esforçar, porque trabalho tem”. Esta visão atribui a um esforço pessoal a superação da condição social, e não ao conjunto das políticas públicas. Por outro lado, do ponto de vista dos jovens, talvez reflita uma realidade vista e experimentada em seu cotidiano. Destacam em suas falas o lugar da escola em seus percursos, em especial a escola que atende somente a população da Vila Dique (Migrantes) e a que seguiu recebendo os alunos que se mudaram de território (Ernesto Tochetto). As escolas são vistas como espaços de inclusão e exclusão, dependendo da acolhida que consegue dar às necessidades de seus alunos. Percebemos, em suas narrativas, a importância que atribuem aos laços estabelecidos com os professores e também com os outros trabalhadores envolvidos nos espaços que frequentam.

A territorialidade é resultado de práticas sociais cotidianas envolvendo os indivíduos que habitam os territórios e as instituições; ambos imprimem relações de poder sobre o espaço (Heidrich, 2010). Dessa forma, o território Dique não era desenhado apenas pelos moradores que o ocuparam, mas também pelas instituições que ali se faziam presentes direta ou indiretamente, atendendo a necessidades da população e também prerrogativas do Estado. Da mesma forma, o Porto Novo que, aparentemente, está mais alinhado com um projeto de cidade, onde, portanto, fica mais visível o traço do Estado em seu desenho, também é modificado à medida que a população se apropria desse lugar. Pelo modo como vem acontecendo, sem envolvimento efetivo dos cidadãos, que não são chamados a participar do processo, a remoção da Vila Dique pode ser

entendida como uma situação que implica em conflito de interesses entre os indivíduos que ali residiam e as instituições que representam o poder público, especialmente o setor de habitação. O modo como tem se dado trouxe prejuízos para os jovens em um momento peculiar de vida em que dois, três anos (tempo que já dura o processo) é muito em seus percursos. Como apareceu nas narrativas, a oferta de assistência para esse público ficou bastante prejudicada, em função de não ter havido um planejamento preciso quanto ao reassentamento dos serviços públicos que atendem a população. A Unidade de Saúde teve sua obra concluída dois anos e meio após o início da remoção. A escola local ainda não está finalizada. Este descuido trouxe danos para muitos moradores jovens. Atualmente, os moradores que ainda residem na Vila Dique são os prejudicados, tendo que se deslocar de bairro para acessar a Unidade de Saúde. Aqueles que se mudaram para lá após a saída da US do território e que, portanto, não foram cadastrados, estão sem equipe de referência (apesar da área estar sob a responsabilidade sanitária do distrito Noroeste).

Gostaríamos de discutir ainda um ponto. Os discursos que nomeiam os moradores de regiões empobrecidas da cidade, seja desde um viés conservador ou progressista, acabam por contribuir com visões distorcidas que afetam sensivelmente os jovens (Souza e Silva, 2011). De um lado, superestimam a associação entre pobreza e violência, atribuindo estereótipos aos meninos e aos jovens. Percebemos isso nos muitos encaminhamentos para a Psicologia de meninos entre dez e treze anos de idade por apresentarem “comportamento agressivo” ou por serem vistos como “lideranças negativas” nos grupos escolares. Rapidamente as histórias de vida destes meninos vêm coladas a tais comportamentos nos discursos de professoras e orientadores educacionais, indicando uma suposta relação de causa e efeito. De outro lado, os discursos progressistas resultam na vitimização ou na compreensão de que as pessoas em situação de pobreza sofreriam passivamente as adversidades. Esta visão pode contribuir para uma “postura paternalista e empobrecedora da cidadania” (ibid., p. 217). Preferimos visibilizar aqui, as “maneiras de fazer” próprias das pessoas que acompanhamos, como intermediam ordem social e vida cotidiana, com que repertórios procedem operações próprias nos lugares em que vivem. (De Certeau, 2013, p.87 e 88).

As narrativas dos jovens que aqui traçamos dizem de um desejo de cidadania. De que possam ter um lugar de moradia adequado, que possam acessar atividades culturais e serviços que

os acolham e onde expressem seus modos de ser sem críticas ou constrangimentos, que tenham direito à amizade, que tenham direito à memória, que não sejam alvo de olhares que os diminuam ou imprimam estereótipos às suas vivências, que possam circular livremente em seu território de moradia, bairro e cidade. Recentemente, temos vivenciado mudanças importantes no país, com a mobilidade econômica de muitos brasileiros, que saíram da linha da miséria. Percebemos essa situação em muitos moradores da Vila Dique/Porto Novo e acreditamos que aí também está um vetor importante – talvez o mais importante. No entanto, a sociedade ainda precisa transformar suas mentalidades, produto de décadas de recessão e despolitização. Acreditamos que há um caminho a construir nesse sentido. Que a cidade possa acolher a diferença e ser inclusiva. Cidade que é feita de pessoas e seus gestos.

Seu patrimônio [da cidade] não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, à maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e ‘poetizadas’. Finalmente, o patrimônio são todas essas ‘artes de fazer’.
(De Certeau, 2012, p. 199)

8. PARA FINALIZAR, AINDA QUE O PROCESSO NÃO ESTEJA FINALIZADO

Participar de um Projeto de Extensão que tem como objeto a memória tem sido uma experiência bastante importante para mim, trabalhadora de saúde. Possibilita outra visada sobre as pessoas e a produção de subjetividade que se dá no território em que atuo. A intenção desta escrita foi compartilhar olhares: o meu, os dos jovens, os da equipe do Projeto. Colocar outras palavras nos estudos sobre juventude, em especial sobre as juventudes que habitam em lugares considerados à margem dos centros urbanos. Visibilizar que, em um processo de reassentamento que se diz inclusivo, de melhoria das condições de vida e moradia, em nome de um ideal de cidade (a cidade-metrópole da Copa do Mundo), as experiências dos cidadãos que ali habitam são desconsideradas. Colocar uma interrogação sobre as práticas realizadas junto a esta e outras populações em situação semelhante, em especial pelos setores públicos.

Estar em contato com as histórias, com os desejos e receios dos jovens, para além dos padecimentos em saúde mental e dos traços de vulnerabilidade social que alguns carregam, foi algo que trouxe vida para um trabalho tão delicado e ao mesmo tempo tão duro que é o da Psicologia no campo da saúde. A memória é algo que não deve ser negligenciado, na medida em que é o fio que costura a vida, é o que possibilita as passagens, os movimentos de desterritorialização, sem que se perca no caos. Ao mesmo tempo, não deve ser sacralizada, ou suposta identitária. Não há identidade, assim como não há território. Há processos de identificação, de territorialização. Há produção, movimento.

Habitar é narrativizar. Fomentar ou restaurar essa narratividade é também uma tarefa de restauração. É preciso despertar as histórias que dormem nas ruas que jazem de vez em quando num simples nome, dobradas neste dedal, como as sedas da feiticeira. (De Certeau, 2012, p. 201).

O Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique tem sido uma experiência muito potente também para a formação de jovens estudantes, tanto os extensionistas que estão em cursos de Graduação, como os residentes, que estão em formação em serviço em nível de pós-graduação. Refletir sobre essa ferramenta e sua potência nos processos de educação merece estudo próprio –

especialmente em relação à formação e educação permanente de trabalhadores das políticas públicas – tema que, não tendo sido possível contemplar nesta pesquisa, fica lançado no horizonte de investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. (org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: ONG Ação Educativa, 2005.

ALFONSIN, B. **A Política Urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica de Direito Urbano Comparado (Brasil, Colômbia e Espanha)**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ASSUNÇÃO, N. Vivências com História Oral e Rodas de Memória. In: GIL, C. (org.) **Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memória e remoções urbanas**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 41-56.

BAPTISTA, L. **Walter Benjamin e os anjos de Copacabana**. Disponível em <http://www.slac.uff.br/textos/texto93.pdf>. Niterói: UFF, s/d. Extraído do site em 10.01.2014.

BENEVIDES DE BARROS, R. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA et al. (org.) **SaúdeLoucura 6**. São Paulo : Hucitec, 1997, p. 183-191.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 197- 221 (Obras Escolhidas volume 1- 11ª reimpressão: 2008).

_____. Sobre o conceito de História. In: Benjamin, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a, p. 197-221 (Obras Escolhidas volume 1- 11ª reimpressão: 2008).

_____. Paris do Segundo Império. In: BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b p. 9-101 (Obras Escolhidas volume 3- 4ª reimpressão: 2011).

BOLLE, W. Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> . Extraído do site em 03/01/2014.

_____, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. DIEESE. UNICAMP. Aspectos conceituais da vulnerabilidade social. In: **Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas.** Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – N°. 075/2005 e Primeiro Termo, 2007. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf . Extraído do site em 03/01/2014.

_____, **Estatuto da Juventude: Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm .Extraído do site em 23/03/2014.

BUSNELLO, E. A Integração da Saúde Mental num Sistema de Saúde Comunitária. Tese destinada à habilitação a Livre-Docência em Psiquiatria junto ao Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1976.

CALLIGARIS, C. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2011 (Folha Explica).

CARRANO, P. Juventudes e cidades educadoras. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTEL, R. A gestão dos riscos: da Antipsiquiatria à Pós-Psicanálise. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1987.

CLAVAL, P. O Território na Transição da Pós-Modernidade. In: **GEOgraphia**, 1999, 2 (1), p. 7-26.

COIMBRA & NASCIMENTO. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA & IULIANELLI (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 19-37.

CORDEIRO, D. **Juventude nas Sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

DAYREL & CARRANO. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. Disponível em http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf. Extraído do site em 10.01.2014.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____ **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja- Passagens, 1996. Disponível em <http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>. Extraído do site em 09.03.2013.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia, volume 4**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

FERNANDES, D. Território e territorialidades: Algumas Contribuições de Raffestin. In: **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, 4 (2): 59-68, jul/dez 2009.

FERREIRA, M. Walter Benjamin e a cidade. In: BAPTISTA, L. A.; FERREIRA, M. (org.) **Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade**. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 153-168.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos** volume 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012 (22ª edição).

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978/1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, S. Cidade feita de gestos. In: BAPTISTA & FERREIRA (org.). **Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade**. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 199-216.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIL, C. O Tempo da vida: Memórias da Vila Dique. In: GIL, C. (org.) **Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memória e remoções urbanas**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 27-39.

GONZALES, Z. & GUARESCHI, N. Discursos sobre Juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem. Brasil. In: **Revista latinoamericana de Ciências Sociales, niñez y juventud** 6(2): 463-484, 2008. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Extraído do site em 15/02/2014.

GOULART, M. & SANTOS, N. Juventude e Biopolítica: o poder jovem enquanto objeto de intervenção política. In: **Revista internacional interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, 09 (2), p. 305-333, jan/ jul 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p305> Extraído do site em 15/02/2014.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. & HAESBAERT, R. (org.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

HEIDRICH, A. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. et al. (org.) **Teoria e práticas territoriais : análises espaço-temporais**. São Paulo : Expressão Popular, 2010, p. 25-35.

HILLESHEIM, B. E CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. In: **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 192-199, 2008

JACQUES, P. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 89-114.

KNIJNIK, C. **Cacos Urbanos: Gesto, Cidade e Narração**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, 163, julho de 2002, p.9-30.

LAZZAROTTO, G. Políticas juvenis e subjetividade: interface com a Psicologia. In: CRAIDY, LAZZAROTTO & OLIVEIRA (org.). **Processos educativos com jovens em conflito com a lei**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 157-167.

LEÓN, O. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. (org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: ONG Ação Educativa, 2005.

LOWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história.”** São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, M. **O narcotráfico.** São Paulo: Publifolha, 2000.

MANSANO, S. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. In: **Revista de Psicologia da UNESP**, 8 (2), 2009, p. 110-117.

MAYOL, P. Morar. In: DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 37-207.

MENANDRO, M. & TRINDADE, Z. Algumas questões preliminares no estudo da adolescência/ juventude. In: TRINDADE, Z. et. al. **Juventude, masculinidade e risco.** Vitória: GM Gráfica e Editora, 2009, p. 13-37.

MIZOGUCHI, D. **Segmentaricidades: Passagens do Leme ao Pontal.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MOLDER, M. Método é Desvio: Uma Experiência de Limiar. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (org.). **Limiares e Passagens em Walter Benjamin.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.27-75.

MUITO ALÉM DO CIDADÃO KANE. BBC LONDRES. Londres: BBC, 1993 (93 min). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA>. Extraído do site em 21.03.2014.

NETO, N. Geografia das juventudes: uma pauta de pesquisa. In: PEREIRA, S. et al. (org.) **Teoria e práticas territoriais : análises espaço- temporais.** São Paulo : Expressão Popular, 2010, p. 85-97.

PAIS, J. M. **Traços e riscos de vida.** Porto: Ambar, 1999.

_____ Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I. & EUGENIO, F. **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 7-21.

PASSOS & BENEVIDES DE BARROS. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010, p. 17-31.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 18-25, set./dez. 2005.

PELBART, P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PESAVENTO, S. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, (14), 25-39, fev/ 1997.

POSSAMAI, Z. Cidade: escritas da memória, leituras da história. In: POSSAMAI, Z. (org.). **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 209-219.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RASSIAL, J. **A Passagem Adolescente**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, 72, 2002, p. 53-61.

_____ Remoções forçadas em tempo de novo ciclo econômico. In: **Revista Carta Capital**, 29/08/2012. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br> .Extraído do site em 29/08/2012.

RUCKERT, A. & MISOCZKY, M. C. Território vivido, território em mutação. In: MISOCZKY, M. C. & BECH, J. **Estratégias de organização da atenção à saúde**. Porto Alegre: Editora DACASA/ Programa de desenvolvimento da gestão em saúde- PDG/UFRGS, 2002 (sem paginação).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte, videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

SILVA, J. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, M. [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 209-230.

SOUZA E SILVA, J. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 209-230.

SPOSITO, M. & CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. (editor). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003, p. 1-35.

TERRA, A. **Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa**. In: Caderno Prudentino de Geografia, 31 (1): 17-31, 2009.

TODOROV, T. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TOROSSIAN, S. & RIVERO, N. Políticas públicas e modos de viver – A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ & GUARESCHI (org.) **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 56-69.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: Almeida, M. I, & Eugênio, F. (orgs.) **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 192-200.

WOBETO, D. Remoções urbanas, copas do mundo e espetáculos cotidianos rememorados. In: GIL, C. (org.) **Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memória e remoções urbanas**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 89-98.

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PPG PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL****“TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE
VIVER, HABITAR, RESISTIR”****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A pesquisa TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE VIVER, HABITAR, RESISTIR objetiva tornar visível, por meio da realização de uma cartografia, os modos de vida e experiências urbanas de jovens que moraram na Vila Dique e passaram pelo processo de reassentamento urbano, bem como a relação destes com seus territórios de moradia, afim de conhecer a importância dessas experiências na construção de suas vidas, contribuindo assim, para estudos no campo da juventude. A cartografia será efetuada pessoalmente pela(s) pesquisadora(s) no contexto do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, a que esta pesquisa está vinculada. Também se buscará conhecer os efeitos da participação no Projeto de Extensão nos percursos dos jovens extensionistas e residentes que integram a equipe do Projeto. Os dados e resultados da pesquisa serão tratados a partir de valores éticos que permeiam esse trabalho.

A(s) pesquisadora(s) compromete(m)-se a esclarecer adequadamente as dúvidas sobre sua divulgação, deixando os participantes à vontade para participar ou não. A participação na pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer da pesquisa o participante resolver não mais continuar ou cancelar o uso das informações prestadas terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer consequência. As informações colhidas na pesquisa terão caráter confidencial e só serão divulgados dados gerais dos participantes, sem identificação, ficando assim garantidas as condições de anonimato e sigilo. Tais informações estarão em posse das pesquisadoras e poderão ser acessadas a qualquer tempo pelos participantes da pesquisa que assim o desejarem.

Após ter sido devidamente informado e ter esclarecido as minhas dúvidas, eu _____, portador do documento _____, concordo em participar desta pesquisa.

Porto Alegre, __ de _____ de ____.

Participante da pesquisa

Pesquisadora (s)

Dados das pesquisadoras:

-Christiane Silveira Kammsetzer

Aluna do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional-UFRGS-
Mestrado Acadêmico

Trabalhadora da Unidade de Saúde Santíssima Trindade-GHC

Email: christianek@ig.com.br Fone: (051) 9976-9388

-Analice de Lima Palombini

Professora orientadora do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e
Institucional-UFRGS- Mestrado Acadêmico

Email: analicepalombini@uol.com.br Fone: (051) 8469-8380.

*Comitê de Ética do Instituto de Psicologia- UFRGS (CEP-PSICO) : rua Ramiro Barcelos,
2600. Bairro Santa Cecília. Fone: (051) 3308-5698*

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PPG PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

**“TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE
VIVER, HABITAR, RESISTIR”**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE VIVER, HABITAR, RESISTIR objetiva tornar visível, por meio da realização de uma cartografia, os modos de vida e experiências urbanas de jovens que moraram na Vila Dique e passaram pelo processo de reassentamento urbano, bem como a relação destes com seus territórios de moradia, afim de conhecer a importância dessas experiências na construção de suas vidas, contribuindo assim, para estudos no campo da juventude. A cartografia será efetuada pessoalmente pela(s) pesquisadora(s) no contexto do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, a que esta pesquisa está vinculada. Também se buscará conhecer os efeitos da participação no Projeto de Extensão nos percursos dos jovens extensionistas e residentes que integram a equipe do Projeto. Os dados e resultados da pesquisa serão tratados a partir de valores éticos que permeiam esse trabalho.

A(s) pesquisadora(s) compromete(m)-se a esclarecer adequadamente as dúvidas sobre sua divulgação, deixando os participantes à vontade para participar ou não. A participação na pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer da pesquisa o participante resolver não mais continuar ou cancelar o uso das informações prestadas terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer consequência. As informações colhidas na pesquisa terão caráter confidencial e só serão divulgados dados gerais dos participantes, sem identificação, ficando assim garantidas as condições de anonimato e sigilo. Tais informações estarão em posse das pesquisadoras e poderão ser acessadas a qualquer tempo pelos participantes da pesquisa que assim o desejarem.

Após ter sido devidamente informado e ter esclarecido as minhas dúvidas, eu, _____, portador do documento _____, autorizo meu filho (ou dependente) _____ a participar desta pesquisa.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Participante da Pesquisa

Responsável Legal

Pesquisadora (s)

Dados das pesquisadoras:

-Christiane Silveira Kammsetzer

Aluna do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional-UFRGS-
Mestrado Acadêmico

Trabalhadora da Unidade de Saúde Santíssima Trindade-GHC

Email: christianek@ig.com.br Fone: (051) 9976-9388

-Analice de Lima Palombini

Professora orientadora do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e
Institucional-UFRGS- Mestrado Acadêmico

Email: analicepalombini@uol.com.br Fone: (051) 8469-8380.

*Comitê de Ética do Instituto de Psicologia- UFRGS (CEP-PSICO) : rua Ramiro Barcelos,
2600. Bairro Santa Cecília. Fone: (051) 3308-5698*

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PROJETO DE
EXTENSÃO MEMÓRIAS DA VILA DIQUE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

“MEMÓRIAS DA VILA DIQUE”

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O projeto MEMÓRIAS DA VILA DIQUE representa uma possibilidade de acompanhar os desdobramentos de uma ação pública na vida cotidiana das pessoas envolvidas, valorizando e dando visibilidade para o que essa comunidade considera como “patrimônio cultural da Vila”. Em 2013 o projeto buscará conhecer a experiência dos jovens moradores da Vila Dique e/ou Porto Novo em relação à mudança de local de moradia: em que isso modificou sua trajetória de vida em termos de relações de amizade e vizinhança, atividades de estudo, culturais, de trabalho, circulação pela cidade. Para tanto, os jovens serão convidados a narrar suas experiências relacionadas a esse tema em rodas de memória, grupos de conversação, entrevistas e através da participação em videodocumentário que será realizado com apoio de equipe de cinema.

Os dados e resultados das pesquisas serão tratados a partir de valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho. As observações, entrevistas, grupos de conversação e rodas de memórias serão efetuadas pessoalmente pela pesquisadora e/ou pelos demais integrantes do Projeto de Extensão. Também serão realizadas filmagens e fotografias com auxílio de equipe especializada.

A pesquisadora compromete-se a esclarecer adequadamente as dúvidas sobre sua divulgação, deixando os participantes à vontade para participar ou não do trabalho. A participação na atividade não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer do trabalho o participante resolver não mais continuar ou cancelar o uso das informações prestadas, bem como de suas imagens, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer consequência. Os jovens que optarem por participar do vídeo-documentário que será realizado durante a pesquisa, bem como aqueles que aceitarem ser fotografados devem estar cientes (bem

como seus responsáveis legais, quando menores de 18 anos) de que consentem com a publicização de suas falas e imagens.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos destas pesquisas, revisado e aprovado a transcrição de minhas falas e ter esclarecido as minhas dúvidas, eu _____, portador do documento _____, concordo com a apresentação oral, escrita ou publicação do que foi escrito nestas pesquisas e divulgação de fotos, filmagens em que participei.

Porto Alegre, _____ de 2013.

Participante

Responsável Legal

Pesquisadora

Dados da pesquisadora:

-Carmem Zeli de Vargas Gil

Professora da Faculdade de Educação da UFRGS

Email: carmem.gil@gmail.com Fone: (051) 9860-6770

ANEXO D: AUTORIZAÇÃO DE USO DE MATERIAL TRANSCRITO DO PROJETO DE
EXTENSÃO MEMÓRIAS DA VILA DIQUE

**UFRGS**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - DEPARTAMENTO DE ENSINO E CURRÍCULO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul**Faculdade de Educação****Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique**

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2014.

Autorizo Christiane Silveira Kammsetzer e Analice de Lima Palombini a utilizarem as transcrições de rodas de conversa e entrevistas realizadas com jovens no Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique em sua 2ª edição (2013) na pesquisa “Territórios em movimento: Narrativas de jovens sobre viver, habitar e resistir”. Esta pesquisa foi realizada junto ao Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, e resultará na dissertação de Mestrado Acadêmico em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Christiane S. Kammsetzer sob orientação da prof. Dra. Analice de Lima Palombini.

Carmem Zeli de Vargas Gil

Profª. Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil
Faculdade de Educação/UFRGS
ID. 016813111